

Diário Oficial

ANO XXIII - PALMAS, QUARTA - FEIRA, 28 DE DEZEMBRO DE 2011 - Nº 3.534

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

KEI OBLICA I EDEKATIVA DO BRASIL



PODER EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA - Praça dos Girassóis

CASA CIVIL

Secretário-Chefe: RENAN DE ARIMATÉA PEREIRA

PORTARIA CCI Nº 732 - DISP, de 28 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007. resolve

DISPENSAR

ERLI LEMES DE LIMA da função de Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins — CBMTO, designado pelo Ato 413 - DSG, de 31 de janeiro de 2011, publicado na Edição 3.314 do Diário Oficial do Estado.

PORTARIA CCI Nº 733 - DISP, de 28 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007. resolve

DISPENSAR

DODSLEY YURI TENÓRIO VARGAS da função de Subchefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins – CBMTO, designado pelo Ato 416 - DSG, de 31 de janeiro de 2011, publicado na Edição 3.314 do Diário Oficial do Estado.

Sumário	
CASA CIVIL	1
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	1
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	2
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	2
SECRETARIA DA FAZENDA	7
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	16
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	16
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	16
SECRETARIA DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	17
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MOD. DA GESTÃO PÚBLICA	17
SECRETARIA DA SAÚDE	20
SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS	21
DETRAN	21
FUNDAÇÃO CULTURAL	21
FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS	22
NATURATINS	23
JUCETINS	23
UNITINS	24
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	25
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	27

APOSTILA CCI Nº 307 - APT, de 28 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

APOSTILAR

o Ato 2.369 - DSG, de 27 de julho de 2011, publicado na edição 3.437 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar a grafia correta do nome de NELZI BISPO DA LUZ.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Secretário-Chefe: ELDON MANOEL BARBOSA CARVALHO

PORTARIA CGE Nº 254/2011, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, inc. IV, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no \S 1º do art. 166 e *caput* do art. 173 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, c/c art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

Considerando a necessidade de esclarecer as circunstâncias em que ocorreu o acidente automobilístico envolvendo o veículo FIAT/UNO Placa MWQ 1649, sob a condução do servidor SILVANO LIMA DA SILVA, Assistente Administrativo, Matrícula nº 868449-9;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Sindicância e designar os servidores ELIANA RODRIGUES DA SILVA, Diretora de Acompanhamento de Normas e Procedimentos; ROGÉRIO RODRIGO FERREIRA MOTA, Coordenador de Acompanhamento de Normas; e IONÁ BEZERRA OLIVEIRA DE ASSUMÇÃO, Assessora Especial, para, sob a presidência do primeiro, elucidar a forma como ocorreu e quem causou o acidente de trânsito envolvendo o veículo oficial acima identificado.

Art. 2º O prazo para conclusão da Sindicância é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 2 (dois) de janeiro de 2012.

PORTARIA CGE Nº 255/2011.

Concede prorrogação do prazo estabelecido pela PORTARIA CGE Nº 174, publicada em 29 de novembro de 2011, no DOE nº 3.513.

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, inc. IV, da Constituição Estadual, e em atendimento à solicitação contida no MEMO/CGE/CTCE Nº 002/2011, de 26 de dezembro de 2011, da Comissão de Tomada de Contas Especial constituída pela PORTARIA CGE Nº 174/2011, publicada em 29 de novembro de 2011, no DOE nº 3.513,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo estabelecido pela PORTARIA CGE Nº 174/2011, publicada em 29 de novembro de 2011, no DOE nº 3.513, para possibilitar a conclusão dos trabalhos de apuração e quantificação de possíveis danos, bem como a definição de responsabilidades, decorrentes de procedimentos irregulares apontados no Relatório de Inspeção nº 001/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas-TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Secretário: LÚCIO MASCARENHAS MARTINS

PORTARIA Nº 1384 - DSG, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, e consoante o disposto no art. 37, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 e o Decreto nº 3.496, de 11 de setembro de 2008, resolve:

DESIGNAR,

GIOVANE RIBEIRO MARTINS, matrícula nº 863893-4, Operador de Microcomputador/Coordenador de Finanças – CPC–I, para responder como Gestor Setorial de Patrimônio, desta Pasta, em Substituição ao seu titular LUIS SÉRGIO SIMÃO, matrícula nº 831959-6, no seu período de férias, de 02/01/2012 a 24/01/2012.

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 129/SECAD/CORAD, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

O CORREGEDOR ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, *ex-vi* do art. 7°, do Decreto n° 638/98, cumprindo determinação do Secretário de Estado da Administração, aposta à fl. 02, dos autos do processo n° 2011.2300.022524, resolve:

- I Instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor JOSÉ JOAQUIM DA SILVA LIMA, matrícula n° 847630-6, motorista, concursado, lotado na Secretaria da Juventude e dos Esportes, com exercício funcional na Diretoria de Administração, nesta Capital, com base nas informações constantes no OFÍCIO/SEJUVES/GASEC/ASJUR n° 094/2011 e demais documentos que o acompanham, proveniente da Secretaria da Juventude e dos Esportes do Estado do Tocantins, para apurar suposto desvio de combustível (diesel) do veículo oficial, ônibus, placa MWN 9721, no período de 18 a 21 de novembro de 2011, o qual se encontrava sob sua responsabilidade, para prestar apoio em campeonato esportivo realizado no município de Divinópolis/TO, conduta que, em tese, infringe os princípios e deveres de servidor público descritos nos artigos 131; 132 e 133, incisos I, II, III e VII, infrações administrativas disciplinares previstas no artigo 134, incisos II, IX, XV, XVI cominadas com o artigo 157, incisos I, IV, IX, XII, XVIII e XIX, todos da Lei n° 1.818, de 23 de agosto de 2007.
- II Convocar os membros da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, designados pela Portaria nº 199, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.E. nº. 3.328, de 22 de fevereiro de 2011, para atuarem no referido processo;
- III Determinar a instauração dos trabalhos no primeiro dia útil após a publicação desta Portaria e concluí-los no prazo legal, nas dependências da Corregedoria Administrativa, localizada no Anexo da Secretaria da Administração, na Quadra 103 Sul, Rua SO-1, n° 4, 1° andar, nesta cidade.

Jader Ferreira dos Santos Corregedor Administrativo



José Wilson Sigueira Campos

GOVERNADOR DO ESTADO

Renan de Arimatéa Pereira

SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL

Nélio Moura Facundes

SUPERINTENDENTE DO DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Secretário: DANILO DE MELO SOUZA

PORTARIA-SEDUC Nº 2.329, de 16 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, Art. 3°, § I, tendo em vista que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o Art. 58, § III, c/c Art. 67, da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO n° 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeir Andrade Matrícula n 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula nº 835293-3	119/2011	PAZ & SANTOS LTDA	Aquisição de Condicionadores de Ar Split de 9000 Btu's.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Superintendência de Padrões Mínimos sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar através de relatório à Superintendência de Padrões Mínimos para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.330, de 19 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, Art. 3º, § I, tendo em vista que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o Art. 58, § III, c/c Art. 67, da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeira Andrade Matrícula: 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula: 835293-3	120/2011	CONFIAR REFRIGERAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA - ME	Aquisição de Condicionadores de Ar Split de 24000 Btu's.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Superintendência de Padrões Mínimos sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Superintendência de Padrões Mínimos para ciência e apreciação das providências:
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.331, de 19 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67, da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Edna Lucia Goulart Barbosa Matrícula nº 850432-6	Marcos Vinicius de Oliveira Mesquita - Matrícula nº 892035-4	126/2011	J. Câmara & Irmãos S/A.	O presente Instrumento tem por objeto aquisição de 570 (quinhentos e setenta) assinaturas impressas e versão digital do Jornal do Tocantins, pelo período de 12(doze) meses, destinado a atender as unidades escolares e seda desta pasta.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Assessoria de Comunicação sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Assessoria de Comunicação para ciência e apreciação das providências;

- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Coordenadoria de Contratos e Convênios para as devidas providências;
- VI Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- VII Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VIII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- X Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.429, de 19 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

SUSPENDER,

As férias legais do servidor MOSANIEL PEREIRA LIMA, matrícula nº 723320-5, Assistente Administrativo, previstas para o período de 01 a 30 de dezembro de 2011, referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2010 a 16 de abril de 2011, por necessidade do serviço, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.494, de 20 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 24, inciso III, do Decreto nº 2.551, de 13 de outubro de 2005, resolve:

HOMOLOGAR o resultado final das Avaliações Periódicas de Desempenho dos servidores do Quadro Geral, lotados na Secretaria da Educação, na forma adiante especificada:

Matrícula	Nome	Ano	Nota Final
705225-1	LUCILEIDE DE MACEDO SOUSA	2006	75.32
830676-1	OSVALDO LOPES DA SILVA	2007	78.50
830676-1	OSVALDO LOPES DA SILVA	2008	81.30
759880-7	MARIA NOGUEIRA DA COSTA RODRIGUES	2009	93.19
100595-2	MARIA DA GLORIA PEREIRA PINTO	2009	85.70
179388-8	NEIVA MARIA DE ALMEIDA FREIRE	2009	83.96
179388-8	NEIVA MARIA DE ALMEIDA FREIRE	2010	92.38

PORTARIA-SEDUC Nº 2.495, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, Art. 3° § I, tendo em vista que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o Art. 58, § III, c/c Art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO n°. 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato e consequentes Aditivos, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto do Fiscal	Número do Contrato	Empresa	Objeto do Contrato
Yeddo Teles Matrícula nº 840958-7	Cleivaci Rodrigues de Sousa Matrícula nº 838466-5	025/2008	Proteção Comércio de Equipamentos de Segurança Eletrônica Ltda.	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de vigilância e eletrônica monitorada 24 horas, no Almoxarifado Central, Anexo IV e Anexo V, desta Secretaria da Educação em Palmas – TO.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- ${\sf I}$ Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Coordenadoria de Suprimentos, Serviços Gerais e Transportes sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Coordenadoria de Suprimentos, Serviços Gerais e Transportes para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Coordenadoria de Contratos e Convênios para as devidas providências;
- VI Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VIII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- $X-{\sf Exigir}$ que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal $n^{\circ}.$ 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.496, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO n° 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar o servidor para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Fiscal de Contrato, do Contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Thyago Phellip França Freitas Matrícula nº 897.516-7	128/2011	LC Construtora Ltda.	Contratação de empresa especializada em construção civil.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Padrões Mínimos sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria de Padrões Mínimos para ciência e apreciação das providências;

- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Coordenadoria de Contratos e Convênios para as devidas providências;
- VI Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VIII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- X Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.497, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeira Andrade Matrícula nº 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula nº 835293-3	121/2011	Solução Inox Comércio, Manutenção e Locação de Equipamentos Industriais Ltda.	Aquisição de Eletrodomésticos (Fogão 08 bocas), para equipar as Escolas Estaduais (de Tempo Integral e de Ensino Regular).

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria de Apoio Escolar sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria de Apoio Escolar para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato.
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.498, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO n° 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeira Andrade Matrícula n° 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula nº 835293-3	124/2011	MBS Distribuidora Comercial Ltda.	Aquisição de Eletrodomésticos (Freezer Horizontal, Arquivo de Aço e Armário de Aço), para equipar as Escolas Estaduais (de Tempo Integral e de Ensino Regular).

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria de Apoio Escolar sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria de Apoio Escolar para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato.
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.499, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeira Andrade Matrícula nº 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula nº 835293-3	122/2011	RJ Comercial LTDA-ME.	Aquisição de Eletrodomésticos (Ventilador de Parede) para equipar as Escolas Estaduais (de Tempo Integral e de Ensino Regular).

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- $\mbox{\sc I}-\mbox{\sc Acompanhar}$ e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria de Apoio Escolar sobre tais eventos;

- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria de Apoio Escolar para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato.
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.500, de 22 de dezembro de 2011.

- O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1°, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:
- Art. 1º Designar as servidoras para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem o encargo de Fiscal de Contrato, bem como seu respectivo substituto, para os casos de impedimentos e afastamentos legais do titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Villany Ferreira Teixeira Andrade Matrícula nº 889209-1	Ana Nery Silva Matrícula nº 835293-3	123/2011	Trindade, Trindade & Cia Ltda.	Aquisição de Eletrodomésticos (Refrigerador Duplex), para equipar as Escolas Estaduais (de Tempo Integral e de Ensino Regular).

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- ${\sf I}$ Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Diretoria de Apoio Escolar sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Diretoria de Apoio Escolar para ciência e apreciação das providências;
- \mbox{IV} Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato.
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.501, de 22 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, Art. 3º, § I, tendo em vista que lhe compete a prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o Art. 58, § III, c/c Art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Fiscal de Contrato, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Número do Contrato	Empresa	Objeto do Contrato
Monica Dumoulin Ferreira Pinto Moreira Christo Coelho - Matrícula nº. 575585-9.		Juca Produções Artísticas LTDA-ME.	Contratação do show musical da artista "Mart'nália".

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;
- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Chefia de Gabinete sobre tais eventos:
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Chefia de Gabinete para ciência e apreciação das providências;
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- VI Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais:
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orcamentários para ele determinados:
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no art. 69 da Lei Federal nº. 8.666/93.

PORTARIA-SEDUC Nº 2.503, de 23 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, em conformidade com o art. 58, § III, c/c art. 67 da Lei 8.666/93 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercer o encargo de Fiscal de Contrato, do contrato elencado a seguir:

Fiscal do Contrato	Número do Contrato	Contratada	Objeto do Contrato
Adriana Dias Rodrigues Cunha Matrícula nº 216771-9	105/2011	Sebastião José da Silva	Contratação para realização de Shows.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

- II Anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito a Chefia de Gabinete sobre tais eventos;
- III Determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Chefia de Gabinete para ciência e apreciação das providências:
- IV Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato:
- V Responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- VI Atestar a realização dos servicos efetivamente prestados e/ ou recebimento dos materiais;
- VII Observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- VIII Manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;
- IX Exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos e no Art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

EDITAL Nº 036, de 10 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado e de acordo com Resolução CD/FNDE nº 32, de 1° de julho de 2011, torna público a prorrogação das inscrições, resultado e cronograma das atividades básicas do Edital nº 033, de 8 de outubro de 2011, referente ao processo seletivo para Alfabetizadores e Coordenadores de Turmas de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, para atuarem como voluntário, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado - etapa 2011/2012.

1 - DAS INSCRIÇÕES

O período de inscrição será prorrogado até o dia 15 de janeiro de 2012.

2 - DO RESULTADO

O Resultado será divulgado até o dia 03 de fevereiro de 2012, por meio de Ofício às Diretorias Regionais de Ensino.

3 - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES BÁSICAS

ATIVIDADE	DATA
Período de prorrogação das inscrições	Até 15/01/2012
Envio de documentação para SEDUC	Até 25/01/2012
Divulgação do resultado	Até 03/02/2012

DANILO DE MELO SOUZA Secretário de Estado da Educação

EXTRATOS DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº: 027/2011 PROCESSO Nº: 2011/2700/003142

CONVENENTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO INSTITUTO EDUCACIONAL TURMINHA FELIZ

OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre cedente e cessionária, com a finalidade de auxiliar no atendimento do servico educacional no município de Goiatins-TO, através de cessão de pessoal.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2011

SIGNATÁRIOS: DANILO DE MELO SOUZA - Secretário de Estado da

Educação

GENESI LIMA TEIXEIRA - Presidente da Entidade.

CONVÊNIO Nº: 029/2011

PROCESSO Nº: 2011/2700/003141

CONVENENTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre cedente e cessionária, com a finalidade de auxiliar no atendimento do serviço educacional no município

de Araquaína-TO, através de cessão de pessoal.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2011

SIGNATÁRIOS: DANILO DE MELO SOUZA - Secretário de Estado da

IRACELES FREITAS DE OLIVEIRA - Presidente da Entidade.

CONVÊNIO Nº: 030/2011

PROCESSO Nº: 2011/2700/003145

CONVENENTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA CONVENIADA ASPA OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre cedente e cessionária, com a finalidade de auxiliar no atendimento do serviço educacional no município

de Araguaína-TO, através de cessão de pessoal.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2011

SIGNATÁRIOS: DANILO DE MELO SOUZA - Secretário de Estado da

Educação

ANA MARIA LEMES DA SILVA - Presidente da Entidade.

CONVÊNIO Nº: 033/2011

PROCESSO Nº: 2011/2700/003648

CONVENENTE: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CONVENIADA: INSTITUIÇÃO BENEFICENTE IRMÂ DULCE

OBJETO: Estabelecer cooperação técnica entre cedente e cessionária, com a finalidade de auxiliar no atendimento do serviço educacional no município de Gurupi-TO, através de cessão de pessoal.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2011

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2011

SIGNATÁRIOS: DANILO DE MELO SOUZA - Secretário de Estado da

HELENA MARIA MARCELINO SALGADO - Presidente da Entidade.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº: 001/2010

PROCESSO: 001/2010

CONTRATANTE: Associação de Pais da Escola Estadual XV de Novembro CONTRATADA: Multi Eventos Comércio e Serviços de Móveis Ltda OBJETO: formalizar a RESCISÃO UNILATERAL do Contrato nº. 001/2010 conforme prevê a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO.

DO DISTRATO: O Contrato nº. 001/2011 celebrado entre as partes fica automaticamente RESCINDIDO a partir da presente data, levando-se em consideração o Parecer nº. 251/2011, da Assessoria Jurídica da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, e a Decisão do Secretário da Educação, constante no Despacho nº. 0570/2011.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pela inexecução total do Contrato, consoante Item XVII do instrumento convocatório c/c inciso II e III, do art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 ficam estabelecidas as seguintes sanções: I. Multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do serviço não prestado; e,

II. Suspensão temporária de participação em licitação da Associação de Pais da Escola Estadual XV de Novembro, pelo prazo de 2 (dois) anos. SIGNATÁRIOS: Contratante: DORISMAR CARVALHO DE SOUSA

Contratada: EVERTON ARAUJO SALES

DATA DA RESCISÃO: aos 15 dias do mês de julho de 2011.

FUNDAMENTO: Nos artigos 77 e 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2011 PROCESSO Nº 2011 2700 002350

A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins torna público que foi REVOGADO o PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2011 e consequentemente CANCELADO todo procedimento licitatório, por razões de interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8666/1993, súmula 473 do STF c/c com item 19.3 do Edital, motivado pelo Parecer nº 864/2011 e despacho nº 120/2011, tendo em vista o estabelecido no artigo 70, caput da Constituição Federal c/c com o Artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em Palmas (TO), aos 23 dias do mês dezembro do ano de 2011.

> **ENEAS RIBEIRO NETO** Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DA FAZENDA

Secretário: JOSÉ JAMIL FERNANDES MARTINS

PORTARIA SEFAZ Nº 1.512, de 21 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a revogação do Termo de Acordo de Regime Especial nº 439/1994 da empresa REFRIGERANTES IMPERIAL LTDA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado, e em conformidade com o disposto no art. 522, § 2º combinado com o art. 519, inciso I. do Bogulamento do ICMS, aprovado polo Bogulamen inciso I, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Termo de Acordo de Regime Especial nº 439/1994, da empresa REFRIGERANTES IMPERIAL LTDA, CCI/TO nº 29.041.576-4, CNPJ nº 01.542.810/0026-90, a pedido, conforme dispõe o art. 523 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006 e processo nº 2011/2597/500244.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA/SEFAZ/Nº 1.543/2011

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21.6.1993, e à Instrução Normativa TCE-TO nº 02/2008, de 07.05.2008,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar o servidor RICARDO PIMENTEL GARCIA, Superintendente de Projetos Tecnológicos Financeiros e Tributários, matrícula 835099-0, para exercer o encargo de Fiscal de Contrato nº 30/2011, vinculado ao processo nº 2011.2529.000245, firmado com a empresa "Unimix Tecnologia Ltda." Objeto do Pregão Eletrônico nº 032/2010-MI.

Art. 2º - São atribuições do Fiscal:

- I acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avançadas;
- II anotar em registro próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas
- III opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto;
- IV responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo:
- V atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;
- Art. 3º Designar o servidor RÔMULO REZIO DE SOUZA, Coordenador de Banco de Dados, matrícula 838856-3, como substituto, pelo acompanhamento e fiscalização do citado contrato, nos impedimentos e oficatementos logais de titulos. e afastamentos legais do titular.
 - Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO da Fazenda em Palmas, aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.509, de 21 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 37, § 1°, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato n° 1.097 – DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

DESIGNAR

NÁDIA FRAZÃO DO ESPÍRITO SANTO MARTINS, matrícula nº 824442-1, Auxiliar Administrativo, para responder pelo expediente da Gerência de Administração, da Delegacia Regional de Xambioá, por motivo de férias de seu titular FLÁVIO COSTA DO CARMO, matrícula nº 881171-7, no período de 27 de fevereiro a 27 de março de 2012, período aquisitivo 2011/2012.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.510, de 21 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com o art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

SUSPENDER

A partir de 1º de outubro de 2011, a fruição das férias legais do servidor COLEMAR MOREIRA COELHO, matrícula nº 692263-5, Auditor Fiscal da Receita Estadual, prevista para o período de 1º a 30 de outubro de 2011, período aquisitivo 2009/2010, assegurando-lhe o direito de gozá-las no período de 1º a 30 de dezembro de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.511, de 21 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição Estadual, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

AUTORIZAR

A fruição das férias da servidora AGENORA BEZERRA DE SOUZA, matrícula nº 186023-2, Auxiliar Administrativo, no período de 1º a 30 de março de 2012, referente ao período aquisitivo 2010/2011, suspensas pela Portaria SEFAZ nº 831, de 25 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.437, de 3 de agosto de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.517, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2°, do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Palmas, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

	×			
N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Samuel Andrade dos Santos	690481-5	AFRE	Monitoramento de TARE
2	Euvaldo Carvalho dos Anjos	90002726-6	AFRE	Monitoramento de TARE
3	Gilsomar Alves Gomes	694193-1	AFRE	Saneamento de Processos
4	Fábio Braga Martins	693898-1	AFRE	Saneamento de Processos
5	Valdilene Alves Lima	90001180-7	AFRE	Saneamento de Processos
6	Cejane Costa Soares	187194-3	AFRE	Saneamento de Processos
7	Lucilene Soares da Silva	472085-7	AFRE	ECF
8	Luiz Alves Carneiro	690520-0	AFRE	ECF
9	Gloria Maria Prado dos Santos	689165-9	AFRE	ECF
10	Raimunda da Silva Santos de França	692409-3	AFRE	ECF
11	Cláudia Maria da Ponte	693804-3	AFRE	ECF
12	Luiz Melchiades Gomes Neto	191159-7	AFRE	Agência de Atendimento
13	Maria Magaly Guedes Faislon Santana	208590-9	AFRE	Agência de Atendimento
14	Décio Wander Braga	90003284-7	AFRE	Agência de Atendimento
15	José Cândido de Moraes	190110-9	AFRE	Plantão Fiscal
16	Juscelino de Oliveira Cesar	90001648-5	AFRE	Plantão Fiscal
17	Artur Alcides de Sousa Barros	690651-6	AFRE	Plantão Fiscal
18	Solon Bezerra de Lima	692964-8	AFRE	Outras Operações
19	Ádria Carla Gomes Pereira Muller	692395-0	AFRE	Outras Op./Simples Nacional
20	Antônio Carlos Evangelista Araújo	528242-0	AFRE	Outras Op./Simples Nacional
21	Nedson de Brito Ribeiro	528722-7	AFRE	Outras Op./Simples Nacional

PORTARIA SEFAZ Nº 1.518, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2°, do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Palmas, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	João Alberto Barbosa Dias	694258-0	AFRE	Auditoria em Emp. Gr. VI
2	Raimunda Nonata dos Reis	695475-8	AFRE	Auditoria em Emp. Gr. VI
3	José Euripedes Pignata Martins da Silva	190373-0	AFRE	Auditoria em Emp. Gr. VI
4	Anisia de Carvalho Ribeiro	591424-8	AFRE	Auditoria em Emp. Gr. VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.519, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de marco de 2011 e.

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO, Auditor Fiscal da Receita Estadual, matrícula nº 689521-2, para executar atividades internas junto à Delegacia Regional de Paraíso do Tocantins, de interesse desta Secretaria, a partir de 1º de setembro de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.521, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

O Agente do Fisco, abaixo relacionado, da Delegacia Regional de Araguaína, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 30 de novembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.º	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Ismael Mendes de Araújo	688320-6	AFRE	Monitoramento de ECF

PORTARIA SEFAZ Nº 1.522, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Xambioá, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Cristiano de Oliveira Silva	528641-7	AFRE	ECF/DIF/Simples Nacional
2	Guilherme Morbeck Kunze	189049-2	AFRE	Op. Esp./Posto Fiscal Sta Izabel
3	Pedro Tavares e Silva	192627-6	AFRE	Op. Esp./Posto Fiscal Sta Izabel
4	Carlos Humberto Vieira Peixoto	520446-1	AFRE	Op. Esp./Posto Fiscal Sta Izabel
5	Romero Callou de Alencar	695890-7	AFRE	Op. Esp./Posto Fiscal Sta Izabel
6	Maxley Caetano Rolindo	528579-8	AFRE	Auditoria de Empresa
7	Helton Joe Abreu de Jesus	694754-9	AFRE	Auditoria de Empresa
8	Lourival Tomaz de Cantuária	191000-1	AFRE	Op. Esp./Ag. Atend. Xambioá

PORTARIA SEFAZ Nº 1.523, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Tocantinópolis, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	José Renaldo Lopes Brandão	689181-1	AFRE	Plantão Fiscal
2	Expedito Vieira dos Santos	694622-4	AFRE	Combustível/NF-e

PORTARIA SEFAZ Nº 1.524, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Taguatinga, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Augusto Rodrigues Valente Neto	467871-1	AFRE	Plantão Fiscal
2	Antônio Fernandes Gomes	528498-8	AFRE	Plantão Fiscal
3	Lúcio Lemos Rocha	689033-4	AFRE	Plantão Fiscal
4	Karla Simone Cardoso Bento de Oliveira	90001819-4	AFRE	San. Processos/Emissão Parecer
5	Rômulo César Belo de Almeida	689823-8	AFRE	Combustível
6	José Itaraci Guimarães	695955-5	AFRE	Simples Nacional
7	Nélia Rodrigues Valente Ribeiro	622303-6	AFRE	ECF

PORTARIA SEFAZ Nº 1.525, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Porto Nacional, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.º	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Joney Nunes Wolney de Mello	694819-7	AFRE	Plantão Fiscal
2	Adil de Araújo Sobral	689726-6	AFRE	Operação ECF
3	Nilo Alves de Melo Júnior	688002-9	AFRE	Saneamento Processos
4	Everton Dias da Silva	695629-7	AFRE	Combustível
5	Antônio Tiago Santana	186759-8	AFRE	Acompanhamento diário de Frigorífico
6	José Bartoldo Braga Aires	190071-4	AFRE	Outras Operações/Cerâmicas
7	Custódia Pereira Neta	187364-4	AFRE	Outras Operações/Cerâmicas
8	Frederico Neri de Cerqueira	188824-2	AFRE	Outras Operações/Cerâmicas
9	Balbina Rufino da Silva	690007-1	AFRE	Outras Operações/Cerâmicas
10	Nélio da Silva Rosal	412937-7	AFRE	Auditoria Empresa do Grupo VI
11	Manoel Bomfim Gomes de Matos	191175-9	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
12	Geralci Messias Gonçalves	206407-3	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
13	Eraldo Goulart de Medeiros	90002727-4	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
14	Antônio Gonçalves Farias	695386-7	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
15	Adão Vilarinho Ferreira	298417-2	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
16	Marcos Ribeiro dos Santos	689602-2	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
17	Lucio Gonçalves da Costa	690090-9	AFRE	Op. Especial Cereais (P.F. Mateiros)
18	Fabiana Soares Mota	695840-1	AFRE	Auditoria Empresa do S. Nacional
19	Regina Fátima Pereira	90003366-5	AFRE	Monit. de Empresas/Omissos

PORTARIA SEFAZ Nº 1.526, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de marco de 2011 e.

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Pedro Afonso, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Donizeth Aparecido Silva	694380-2	AFRE	Plantão Fiscal/Auditoria
2	José Alberto Costa de Oliveira	190020-0	AFRE	Operação Combustível
3	Wilton Ferreira Machado	690546-3	AFRE	Operação Combustível
4	José Vieira Glória	224090-4	AFRE	Monit. de ECF/Emissão IDNR/IANR
5	Maria Dalva da Silva Santos	688380-0	AFRE	Monit. de ECF/Emissão IDNR/IANR
6	Adeuvaldo de Souza Rodrigues	185922-6	AFRE	Monit. Omissos/Frigoríficos/outras Operações
7	Antoniel Fernandes Lustosa	186406-8	AFRE	Monit. Omissos/Frigoríficos/outras Operações
8	Raimundo Nonato Vieira	192805-8	AFRE	Monit. Omissos/Frigoríficos/outras Operações
9	Valeston Patrocinio Pinto	193666-2	AFRE	Monit. Omissos/Frigoríficos/outras Operações
10	Wagner Borges	193852-5	AFRE	Auditoria do Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.527, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Paraíso do Tocantins, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Mário Coelho Parente	191850-8	AFRE	Plantão Fiscal
2	Aristóteles Fonseca e Costa	186813-6	AFRE	Plantão Fiscal
3	William Cândido da Silva	695742-1	AFRE	Plantão Fiscal
4	Paulo Henrique Maranhão Vasconcelos	690635-4	AFRE	Plantão Fiscal
5	Erval Baliza Macedo	693960-1	AFRE	Monitoramento ECF
6	Edson Antonio Dias	692352-6	AFRE	Combustível
7	José Cristóvão Santos	690058-5	AFRE	Operação Simples Nacional
8	Antônio José Pereira da Silva	694711-5	AFRE	Monit. Empresa/San. Proc./Emis. Parecer
9	Gilberto Gomes Casemiro	188964-8	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
10	Hyun Suk Lee	693456-1	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
11	Suzano Lino Marques	193429-5	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
12	Jales Pinheiro Barros	467987-3	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
13	Rubens Marcelo Sardinha	193097-4	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.528, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

O Agente do Fisco, abaixo relacionado, da Delegacia Regional de Miracema, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 4 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Paulo Chan	687944-6	AFRE	Monitoramento de Omissos

PORTARIA SEFAZ Nº 1.529, de 23 de dezembro 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Miracema, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Eliana Barbosa de Sousa	694150-8	AFRE	Plantão Fiscal
2	Ben Hur Xavier	692824-2	AFRE	Plantão Fiscal
3	Guilherme Sales de Carvalho	692255-4	AFRE	ECF/Combustível
4	Silene Lima de Oliveira	692280-5	AFRE	Monitoramento em Empresa
5	Fernando Sérgio Farias de Oliveira	526754-4	AFRE	San. Proc./Emis. Parecer/S. Nacional
6	Ricardo Shiniti Konya	90002985-4	AFRE	Auditoria do Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.530, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Gurupi, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	leda Girardello Vargas do Prado	6962181	AFRE	Simples Nacional
2	Rivaldo Pinto da Silva	192902-0	AFRE	Plantão Fiscal
3	Silvanio de Matos	193348-5	AFRE	Plantão Fiscal
4	Maria Zulima Leite Ximenes de Sousa	696234-3	AFRE	Monitoramento de ECF
5	Fabrício de Oliveira Alves	688983-2	AFRE	Combustíveis
6	Danilo Alves Dourado	688932-8	AFRE	Combustíveis
7	Adair Teodoro Terra	689106-3	AFRE	Ag. de Atendimento/San. Processo
8	Jânio de Oliveira	694878-2	AFRE	TARE
9	Garden de Araújo Leitão	696170-3	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
10	Luiz Lopes de Souza	191140-6	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
11	Edvaldo Rocha de Sousa	694762-0	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI
12	Carmozina Gonzaga Campos	187160-9	AFRE	Auditoria de Empresa do Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.531, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, \S 1.°, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, \S 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

O Agente do Fisco, abaixo relacionado, da Delegacia Regional de Colinas do Tocantins, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 15 e no dia 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Ari Marcos Rabelo Cunha	689190-0	AFRE	Combustíveis

PORTARIA SEFAZ Nº 1.532, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, \S 1.°, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, \S 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Colinas do Tocantins, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Itamar Ferreira da Costa	689904-8	AFRE	Plantão Fiscal/Outras Operações
2	Ronaldo Almeida da Silva	695823-1	AFRE	Simples Nacional
3	Marcos Antônio Maciel Cardoso	693421-8	AFRE	TARE/San. Proc./Emissão Parecer
4	Juscelino Carvalho de Brito	190853-7	AFRE	Saneamento de Processo
5	Adalgisa Ribeiro Bueno Leal	467529-1	AFRE	Monit. Omissos/Emissão de IDNR/IARN

PORTARIA SEFAZ Nº 1.533, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço:

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Araguatins, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Cezar Augusto de Morais	688967-1	AFRE	Plantão Fiscal
2	Maria Zuldilene Queiroz dos Santos	690619-2	AFRE	Plantão Fiscal
3	José Cordeiro de Melo Filho	695912-1	AFRE	Plantão Fiscal

PORTARIA SEFAZ Nº 1.534, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Araguaína, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.º	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Euclides Divino de Oliveira	694312-8	AFRE	Plantão Fiscal
2	Tomaz Café de Oliveira Neto	693375-1	AFRE	Plantão Fiscal
3	Ronald Melo de Souza	689670-7	AFRE	Monitoramento de ECF
4	Marcia Fonseca Dias	695980-6	AFRE	Monitoramento de ECF
5	Alexandre Teixeira de Carvalho	693197-9	AFRE	Monitoramento de ECF
6	Claudiomar Ferreira da Silva	693979-1	AFRE	Saneamento Processo/NFe
7	Cleusson José Silva Carvalho	694665-8	AFRE	Combustível
8	Manoel Alves Gomes	696200-9	AFRE	Combustível
9	Franklin Bringel Coelho	690368-1	AFRE	Simples Nacional
10	Raimunda Noleto Santos Neta	695483-9	AFRE	Monit. de Omissos/GIAM/IDNR
11	Zaida Leal Arruda Braga	689955-2	AFRE	Posto Fiscal Filadélfia
12	João Carvalho da Costa	90002001-6	AFRE	Posto Fiscal Filadélfia
13	Maria da Conceição Almeida de Sousa	693260-6	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI
14	Tânia Maria de Araújo	689386-4	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI
15	Weramar Sales Dias Meier	694304-7	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI
16	Edilmar Marques Araújo Carvalho	693472-2	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI
17	Moacy Lima da Silva	693251-7	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI
18	Afonso Solidônio Silva Filho	695491-0	AFRE	Auditoria de Empresa Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.535, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

Os Agentes do Fisco, abaixo relacionados, da Delegacia Regional de Alvorada do Tocantins, para executar serviços especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de dezembro de 2011, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Iara Amarilles Vieira Fonseca	90000582-3	AFRE	ECF
2	Milton Bernardes	692379-8	AFRE	Saneamento de Processos
3	Ana Rogéria Engelberg da Silva Faria	694649-6	AFRE	Saneamento de Processos
4	Wellington Luiz Batista	90001198-0	AFRE	Outras Operações
5	Davi Henrique de Souza	688126-2	AFRE	Combustíveis
6	Luiz Braga de Queiroz	528315-9	AFRE	Auditoria do Grupo VI

PORTARIA SEFAZ Nº 1.536, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, \S 1.°, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, \S 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

JOSÉ CRISTÓVÃO SANTOS, matrícula nº 690058-5, Auditor Fiscal da Receita Estadual, para executar atividades internas, junto a Diretoria de Fiscalização, a partir de 1º de janeiro de 2012.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.537, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, combinado com o Art. 37, § 1º e 2º, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007 e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

DESIGNAR

GILMAR ALVES SANTANA, matrícula nº 689653-7, Auditor Fiscal da Receita Estadual, para responder pelo expediente da Coordenadoria de Combustíveis, por motivo de férias de seu titular ALESSANDRO RAMOS MARQUES, matrícula nº 687979-9, no período de 16 a 30 de dezembro de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.539, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de marco de 2011 e.

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

O Auditor Fiscal da Receita Estadual, abaixo relacionado, para executar serviços especiais de Fiscalização junta a Diretoria de Regimes Especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de janeiro de 2012:

N.º	Nome	Matrícula	Descrição
1	Manoel Alves dos Santos	689270-1	Serviços Especiais de Fiscalização

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

O Auditor Fiscal da Receita Estadual, abaixo relacionado, para executar serviços especiais de auditoria fiscal em empresas estabelecidas em outras unidades federativas e inscritas no Estado do Tocantins como Contribuintes Substitutos Tributários, mediante acordo (TARE, Convênios ou Protocolos), relativamente aos pedidos de reativação, alteração ou baixa cadastral, junto a Diretoria de Regimes Especiais, de interesse desta Secretaria, no período de 1º a 31 de janeiro de 2012, com a obrigatoriedade de apresentar relatórios das atividades desempenhadas:

N.	Nome	Matrícula	Cargo	Descrição
1	Paulo Afonso Teixeira	192422-2	AFRE	Auditoria Fiscal

PORTARIA SEFAZ Nº 1.541, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1.°, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 10, da Lei 1.609, de 23 de setembro de 2005, no art. 2°, § 2° do Decreto 2.797, de 29 de junho de 2006, e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância do serviço;

CONSIDERANDO ser função típica do Agente do Fisco a execução de trabalhos específicos de fiscalização, arrecadação, auditoria e corregedoria fazendária, resolve:

DESIGNAR

JANETE RIBEIRO DIAS, matrícula nº 693464-1, Auditora Fiscal da Receita Estadual, para executar atividades internas junto à Diretoria de Arrecadação e Recuperação de Créditos Fiscais, a partir de 12 de dezembro de 2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.542, de 23 de dezembro de 2011.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição do Estado e Ato nº 1.097 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

REVOGAR

A partir de 1º de janeiro de 2012, a Portaria SEFAZ Nº 896, de 4 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.441, de 9 de agosto de 2011, que designa o Auditor Fiscal da Receita Estadual ANTÔNIO FERNANDES GOMES, matrícula nº 528498-8, a executar atividades internas junto à Diretoria de Arrecadação e Recuperação de Créditos Fiscais, a partir de 1º de agosto de 2011.

JOÃO ABADIO OLIVEIRA E SILVA Subsecretário da Receita

PORTARIA SEFAZ Nº 1.544, de 26 de dezembro de 2011.

A SUBSECRETÁRIA DO TESOURO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição Estadual, combinado com Art. 86, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e Ato nº 1.096 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

DESIGNAR

ANA CRISTINA RIBEIRO MOREIRA VERAS NUNES, matrícula nº 832460-3, Assistente Administrativo, para responder pelo expediente da Diretoria de Execução Financeira, por motivo de férias de seu titular FLÁVIO TEIXEIRA DA CUNHA, matrícula nº 823659-3, no período de 2 a 16 de janeiro de 2012, período aquisitivo 2010/2011.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.545, de 26 de dezembro de 2011.

A SUBSECRETÁRIA DO TESOURO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição Estadual, e Ato n° 1.096 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

AUTORIZAR

A fruição de 15 (quinze) dias restantes das férias do servidor ÂNGELO MÁRIO ROSI, matrícula nº 90003700-8, Gestor Público, no período de 28 de dezembro de 2011 a 11 de janeiro de 2012, referente ao período aquisitivo 2005/2006, constante na Portaria nº 170, de 7 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial nº 2.205, de 13 de julho de 2006.

PORTARIA SEFAZ Nº 1.546, de 26 de dezembro de 2011.

A SUBSECRETÁRIA DO TESOURO, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição Estadual, e Ato n° 1.096 - DSG, de 23 de março de 2011, resolve:

AUTORIZAR

A fruição das férias da servidora VERONICE DE FÁTIMA SIQUEIRA ALMEIDA, matrícula nº 248819-1, Superintendente de Administração e Finanças, no período de 9 de janeiro a 7 de fevereiro de 2012, referente ao período aquisitivo 2007/2008, alterado pela Portaria SEFAZ nº 1721, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial nº 3.027, de 1º de dezembro de 2009.

PATRÍCIA DE OLIVEIRA BATISTA Subsecretária do Tesouro

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

PORTARIA SEFAZ/SGT Nº. 201, de 23 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre o credenciamento voluntário dos contribuintes do ICMS, para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Sefaz n.º 48, de 31 de janeiro de 2011 e em conformidade com o disposto no art. 153-B, § 1º, II e § 4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º São credenciadas voluntariamente, a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, as empresas relacionadas ao Anexo Único a esta Portaria.

Parágrafo Único. As empresas credenciadas na forma do $\it caput$ estão habilitadas a:

 I – efetuar os testes de suas aplicações no ambiente eletrônico de homologação da NF-e;

II – solicitar autorização de Uso da NF-e, a partir da data prevista.

Art. 2º As empresas credenciadas, antes do prazo obrigatório para a emissão da NF-e, modelo 55, podem solicitar a prorrogação da data de credenciamento, devendo preencher e enviar novo Termo de Credenciamento de Nota Fiscal Eletrônica—TCNF-e, no endereço eletrônico: www.sefaz.to.gov.br/cadtermo.php.

Parágrafo Único. A prorrogação da data de emissão da NF-e fica condicionada à autorização da Secretaria da Fazenda.

Art. 3º As empresas credenciadas e relacionadas no Anexo Único a esta Portaria devem observar rigorosamente a legislação tributária, especialmente as disposições da Subseção I-A à Seção XI do Capítulo III, Título IV do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO À PORTARIA SEFAZ/SGT Nº. 201/2011

ITEM	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	DATA VIGÊNCIA
1	SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A	29.436.483-8	16.404.287/0318-91	27/12/11
2	NELSON AHLERT & CIA LTDA	29.395.974-9	88.633.482/0001-68	23/12/11
3	MARCOS CANDIDO MILLER	29.349.643-9	05.519.001/0001-60	22/12/11
4	GOIS & FIGUEIREDO LTDA.	29.405.468-5	09.348.447/0001-20	23/12/11
5	OSMAR GOIS DE FIGUEIREDO & CIA LTDA	29.013.958-9	25.049.735/0001-30	23/12/11
6	FAMA LTDA.	29.433.478-5	03.230.301/0003-61	26/12/11
7	W R CONFECÇÕES LTDA	29.432.942-0	12.267.595/0002-06	26/12/11
8	WR CONFECÇÕESTDA	29.432.966-8	12.267.595/0001-25	26/12/11
9	F F A NOLETO & CIA LTDA	29.436.411-0	04.064.640/0001-16	26/12/11
10	PALMAS AUTO PART'S COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	29.416.847-8	10.930.502/0001-75	01/01/12
11	CARTIME ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA	29.427.314-0	12.601.037/0001-54	22/12/11
12	PANDIS COM PROD PARA PANIFICACAO LTDAME	29.045.365-8	37.417.755/0001-04	26/12/11
13	SANCAR AUTOCENTER LTDA	29.430.700-1	13.451.491/0001-39	26/12/11
14	POSTO COLINAS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	29.433.933-7	13.964.951/0001-22	01/01/12
15	MARIA DO SOCORRO LACERDA MATOS	29.392.932-7	07.836.515/0001-75	21/12/11
16	DENUSE LIMA DA CRUZ	29.403.257-6	09.104.880/0001-10	20/12/11

PORTARIA SEFAZ/SGT Nº 202, de 23 de dezembro de 2011.

Estabelece a obrigatoriedade e o credenciamento dos contribuintes do ICMS, para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Sefaz n.º 48, de 31 de janeiro de 2011 e em conformidade com o disposto no art. 153-B, § 1º, I e § 4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam credenciadas de ofício, em virtude de suas atividades econômicas, as empresas relacionadas no Anexo Único a esta Portaria, a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

§ 1º As empresas credenciadas devem, antes do prazo obrigatório para a emissão da NF-e, modelo 55, preencher e enviar o Termo de Credenciamento de Nota Fiscal Eletrônica – TCNF-e, no endereço: www. sefaz.to.gov.br/cadtermo.php;

§ 2º Considera-se credenciado o contribuinte, com a publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado do respectivo ato de credenciamento expedido pela Secretária de Estado da Fazenda, ficando a empresa habilitada a:

 I – efetuar os testes de suas aplicações no ambiente eletrônico de homologação da NF-e;

II – solicitar autorização de Uso da NF-e.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ/SGT Nº 202/2011

Nº	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ΙE	DATA DE VIGÊNCIA
01	DISTRIBUIDORA SOUSA COSTA LTDA - EPP	14.747.916/0001-14	29.436.717-9	22.12.2011
02	SOARES & GARCIA LTDA - ME	14.533.872/0001-20	29.435.963-0	21.12.2011
03	PRIMAMORE COMERCIO SEMIJÓIA LTDA - ME	14.778.680/0001-83	29.436.795-0	20.12.2011
04	ANDREIA SOARES NASCIMENTO	14.773.670/0001-55	29.436.786-1	20.12.2011
05	AÇÃO GLOBAL DISTRIBUIDORA LTDA-ME	14.057.309/0001-22	29.436.776-4	20.12.2011
06	NEW CAR LTDA-EPP	14.432.435/0001-10	29.436.773-0	20.12.2011
07	MS MARMORE E GRANITOS LTDA	14.739.393/0001-64	29.436.748-9	21.12.2011
08	PRE MOLDADOS DE CONCRETO GURUPI LTDA-EPP	26.749.440/0002-10	29.436.746-2	20.12.2011
09	TORNEADORA PONTO CERTO - ME	14.242.081/0001-40	29.436.756-0	22.12.2011
10	M G BEZERRA	14.498.394/0001-64	29.436.768-3	22.12.2011
11	CRISTIELLY DE OLIVEIRA	12.362.267/0001-08	29.436.769-1	22.12.2011
12	L. C. DE SOUSA - ME	07.338.884/0001-38	29.386.550-7	01.01.2012
13	G 3 COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	11.131.615/0001-73	29.420.695-7	02.01.2012

PORTARIA SEFAZ/SGT N°. 203, de 27 de dezembro de 2011.

Estabelece a obrigatoriedade e o credenciamento dos contribuintes do ICMS, para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Sefaz nº 48, de 31 de janeiro de 2011 e em conformidade com o disposto no art. 153-B, § 1º, I e § 4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam credenciadas de ofício, em virtude de suas atividades econômicas, as empresas relacionadas no Anexo Único a esta Portaria, a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A.

§1º As empresas credenciadas devem, antes do prazo obrigatório para a emissão da NF-e, modelo 55, preencher e enviar o Termo de Credenciamento de Nota Fiscal Eletrônica – TCNF-e, no endereço: www.sefaz.to.gov.br/cadtermo.php;

§ 2º Considera-se credenciado o contribuinte, com a publicação de portaria no Diário Oficial do Estado do respectivo ato de credenciamento expedido pela Secretária de Estado da Fazenda, ficando a empresa habilitada a:

 I – efetuar os testes de suas aplicações no ambiente eletrônico de homologação da NF-e;

II – solicitar autorização de Uso da NF-e.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ/SGT Nº 203/2011

N°	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	ΙE	DATA DE VIGÊNCIA
01	SOS COM DE ARTIGOS DE BORRACHARIA LTDA	05.998.143/0003-10	29.436.858-2	23.12.2011
02	W. F. LIMA	14.789.073/0001-19	29.436.852-3	23.12.2011
03	A J T FERNANDES ME	14.147.700/0001-18	29.436.850-7	23.12.2011
04	ALCANTARA & BROLO LTDA - ME	13.885.752/0001-29	29.436.845-0	23.12.2011
05	W. R. MESSIAS DE OLIVEIRA ME	14.685.167/0001-48	29.436.611-3	23.12.2011

PORTARIA SEFAZ/SGT Nº. 204, de 27 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre o credenciamento voluntário dos contribuintes do ICMS, para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria Sefaz n.º 48, de 31 de janeiro de 2011 e em conformidade com o disposto no art. 153-B, § 1º, II e § 4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º São credenciadas voluntariamente, a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, as empresas relacionadas ao Anexo Único a esta Portaria.

Parágrafo Único. As empresas credenciadas na forma do *caput* estão habilitadas a:

 I – efetuar os testes de suas aplicações no ambiente eletrônico de homologação da NF-e;

II – solicitar autorização de Uso da NF-e, a partir da data prevista.

Art. 2º As empresas credenciadas, antes do prazo obrigatório para a emissão da NF-e, modelo 55, podem solicitar a prorrogação da data de credenciamento, devendo preencher e enviar novo Termo de Credenciamento de Nota Fiscal Eletrônica—TCNF-e, no endereço eletrônico: www.sefaz.to.gov.br/cadtermo.php.

Parágrafo Único. A prorrogação da data de emissão da NF-e fica condicionada à autorização da Secretaria da Fazenda.

Art. 3º As empresas credenciadas e relacionadas no Anexo Único a esta Portaria devem observar rigorosamente a legislação tributária, especialmente as disposições da Subseção I-A à Seção XI do Capítulo III, Título IV do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912/2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELIO RODRIGUES LIMA Superintendente de Gestão tributária

THE STREET

ANEXO À PORTARIA SEFAZ/SGT Nº. 204/2011

ITEM	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	DATA VIGÊNCIA
1	GERALDO BATISTA ROSA	29.060.129-0	02.220.582/0001-47	26/12/2011
2	TEMA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE MAQ. LTDA-ME	29.068.730-6	04.397.038/0001-09	30/12/2011
3	FREITAS & JAPIASSU COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME	29.434.720-8	14.331.972/0001-73	26/12/2011
4	COSTA E MOURA LTDA ME	29.066.105-6	04.133.313/0001-79	26/12/2011
5	JOSÉ WISTON GOMES DE CIRQUEIRA	29.355.892-2	05.332.965/0001-03	22/12/2011

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL N.º 93/2011.

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento em Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente nesta Agência, localizada na Quadra 103 norte, RUA NO-05, LOTE 02, Centro, Palmas - TO, sob pena de imediata inscrição do respectivo valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	PALMAS EXPRESS TRANSPORTES LTDA	29.389.362-4	2010/000790	1.000,00	08/03/2010
2	PROTEÇÃO COMÉRCIO DE EQUIP DE SEG ELETRÔNICOS LTDA	29.385.748-2	2010/001938	6.638,44	2006
3	PROTEÇÃO COMÉRCIO DE EQUIP DE SEG ELETRÔNICOS LTDA	29.385.748-2	2010/001939	3.000,00	2007
4	PROTEÇÃO COMÉRCIO DE EQUIP DE SEG ELETRÔNICOS LTDA	29.385.748-2	2010/001937	1.400,00	01/07/2005
5	PEG PAG 409 NORTE LTDA	29.068.520-6	2010/000791	2.000,00	25/11/2011
6	6 R P DA COSTA 2		2010/000794	2.000,00	28/05/2009 e 08/03/2010
7	R G PAIVA	29.059.754-4	2010/000793	1.000,00	08/03/2010
8	NOTA 10 SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	29.060.364-1	2010/000771	2.000,00	27/05/2009 e 08/03/2010
9	TARGINO & FERREIRA LTDA-ME	29.400.972-8	2010/000797	2.000,00	27/05/2009 e 08/03/2010
10	CONTRUSERV MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO LTDA	29.068.565-6	2010/000759	1.000,00	08/03/2010
11	RVC DISTRIBUIDORA DE LIVROS, REVISTAS E JORNAIS LTDA-ME	29.379.953-9	2011/000527	1.000,00	07/2010
12	LIDER COM. DE EQUIO. DE INFORMÁTICA	29.066.498-5	2010/000575	1.000,00	03/2010
13	AVANTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA-ME	29.395.185-3	2010/000572	1.000,00	03/2010
14	PALMAS SPORTS LTDA	29.418.519-4	2010/000571	1.000,00	03/2010
15	AGROINDUSTRIA DERIVADOS DE LEITE GIROLANDO LTDA	29.066.900-6	2011/000268	1.000,00	07/2010

Palmas - TO, 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA DOS ANJOS CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 94/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento em Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar impugnação nesta Agência, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO 05, LOTE 02 - Centro, Palmas - TO, sob pena de inscrição do referido valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	APR PARTICIPAÇÕES LTDA	29.070.521-5	2011/002572	9.200,00	2006, 2007, 2008, 2009, 2010, e 01/01 a 31/10/2011
2	J R COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA LTDA- ME	29.418.845-2	2011/002528	6.399,20	07/2010 e 06/2011
3	MSR ALUMINÍOS LTDA	29.424.906-0	2011/002191	3.097,32	03/2011
4	MSR ALUMINÍOS LTDA	29.424.906-0	2011/002192	4.038,47	08/2010

PALMAS - TO, 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA DOS ANJOS CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE SENTENÇA Nº 95/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento de Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a manifestar-se no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, ante ao(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), no termos da legislação vigente ou apresentar impugnação, nesta Agência, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02 - Centro, Palmas - TO, sob pena de inscrição do referido valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
01	VILAS BOAS E VILAS BOAS LTDA	29.340.254-0	2011/00822	8.200,00	2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 01/01 a 30/04/2011

PALMAS - TO, 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA DE OLIVEIRA DOS ANJOS CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO SANAR A INCAPACIDADE PROCESSUAL Nº 96/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a AGÊNCIA DE ATENDIMENTO III, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a manifestar-se no prazo de quinze dias, contados do quinto dia da publicação deste, ante ao(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), sanar a incapacidade processual e ratificar a impugnação apresentada, em conformidade com o disposto nos arts. 20, *caput* e 21, *caput* da Lei nº 1.288/01, nesta AGÊNCIA, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02 - Centro, Palmas-TO, dentro do prazo retro mencionado, sendo considerados verdadeiros os fatos narrados pelo autuante.

N°	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	M.G.DISTRIB. E COM. DE PROD. ALIMENT. LTDA	29.385.988-4	2010/002581	66.639,00	2005, 2006 e 2007
2	M.G.DISTRIB. E COM. DE PROD. ALIMENT. LTDA	29.385.988-4	2010/002582	69.873,97	2006, 2007

Palmas - TO, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA L. L. DE OLIVEIRA DOS ANJOS CHEFE DE AGÊNCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL N.º 97/2011.

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento em Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente nesta agência, localizada na Quadra 103 norte, RUA NO-05, LOTE 02, Centro, Palmas - TO, sob pena de imediata inscrição do respectivo valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	CONSTRUTORA SÃO CRISTOVÃO LTDA	29.416.385-9	2011/000306	1.000,00	07/2010
2	I M P E M A X E N G E N H A R I A , IMPERMEABILIZAÇÃO E DRENAGEM LTDA	29.342.362-8	2011/000430	1.000,00	07/2010
3	J SILVA COSTA	29.369.772-8	2010/000765	1.000,00	8/3/2010
4	ACO. CORTE E DOBRA LTDA	29.066.834-4	2011/000267	1.000,00	07/2010
5	ALIANÇA LOGISTA LTDA	29.416.074-4	2011/000272	1.000,00	07/2010

PALMAS - TO, 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA DOS ANJOS CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE SENTENÇA DE NULIDADE Nº 98/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento de Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), Auto de Infração a seguir relacionado(s), NULO, nos termos da legislação, nesta Agência, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02 - Centro, Palmas – TO.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
01	SUPERMERCADO ATAC. DE PROD. ALIMENTÍCIOS VALLE VERDE LTDA	29.407.490-2	2010/001987	27.470,81	2009

PALMAS - TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 99/2011. Pessoa Jurídica/Física

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento de Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, para ciência do(s) Processo(s), segue relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar recurso nesta Agência, localizada na Quadra 103 Norte, Rua NO-05, Lote 02, Centro, Palmas-TO, sob pena de arquivamento.

Nº	SUJEITO PASSIVO	CNPJ / CPF	N. PROCESSO
01	CHECK-UP CAR COM DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA	07.807.759/0001-20	2011/6040/510062
02	NEWMED LTDA ME	04.061.935/0001-39	2011/6040/503999
03	VENTURA-ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	11.010.676/0001-82	2011/6040/500038
04	INFOCO DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA	06.239.190/0005-04	2011/6040/503769
05	TEGO-MAX DE PALMAS LTDA	10.792.023/0001-30	2010/2597/500269
06	JESSICA ALMEIDA DANTA	031.415.671-23	2011/6040/503142
07	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LIMITADA	16.624.611/0056-14	2008/6040/503154

PALMAS - TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA L. L. DE OLIVEIRA CHEFE DE AGÊNCIA

EDITAL DE COBRANÇA Nº 100/2011.

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento em Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) IDNR e IANR a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente nesta AGÊNCIA, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02, Centro, Palmas - TO, sob pena de imediata inscrição do respectivo valor em dívida ativa.

_						
n.	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	PROCESSO	NATUREZA	VALOR ORIGINÁRIO	PERÍODO
1	DARIO DARCI HAEFLIGER E CIA LTDA	29.056.813-7	3-7 2011/6040/510129 IDNR 1.566,74		1, 2, 3/2007	
2	VITALIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA	29.069.091-9	91-9 2011/6040/510120 IDNR		2.027,56	7, 8/2006
3	MADEPAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	29.057.588-5 2011/6040/51013		IDNR	3.528,61	11/2006
4	SIGMA SERVICE ASSIST. TÉCNICA A PROD. DE INFORM LTDA	29.067.400-0	100-0 2011/6040/510118 IDNR		4.059,46	11,12/2006
5	SIGMA SERVICE ASSIST. TÉCNICA A PROD. DE INFORM LTDA	GMA SERVICE SSIST. TÉCNICA A ROD. DE INFORM 29.067.400-0		IDNR	19.814,22	1, 2, 3, 4, 5, 6/2007

PALMAS - TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 101/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a AGÊNCIA DE ATENDIMENTO EM PALMAS, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar impugnação nesta AGÊNCIA, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02 - Centro, Palmas-TO, sob pena de inscrição do referido valor em dívida ativa.

N° 1 2	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA
	MADEPAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	29.057.588-5	2011/002637	200,00	2008
	DARIO DARCI HAEFLIGER E CIALTDA	29.056.813-7	2011/002635	5.600,00	2009, 2010 e 01/01 a 31/10/2011
3	SIGMA SERVICE ASSIST TÉCNICA A PROD. DE INFORM. LTDA	29.067.400-0	2011/002629	7.400,00	2007, 2008, 2009 e 01/01 a 31/10/2011
4	VITALIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA	29.069.091-9	2011/002630	6.400,00	2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 01/01 a 31/10/2011

PALMAS - TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Nº 102/2011. Pessoa Jurídica

Pelo presente Edital, a AGÊNCIA DE ATENDIMENTO EM PALMAS, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo indicado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente ou apresentar impugnação nesta AGÊNCIA, localizada à Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02 - Centro, Palmas-TO, sob pena de inscrição do referido valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	WG TECNOLOGIA DOCUMENTAL LTDA	29.426.458-2	2011/000690	2.400,00	2010 e 01 a 4/2011
2	PARIS COMÉRCIO DE PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA	29.400.102-6	2011/001644	2.800,00	4/2010 e 1 a 6/2011

PALMAS-TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA CHEFE DA AGÊNCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL N.º 103/2011.

Pelo presente Edital, a Agência de Atendimento em Palmas, nos termos do Art. 22, inciso IV, da Lei 1.288, de 28 de dezembro de 2001, intima o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s), a promover no prazo de vinte dias, contados do quinto dia da publicação deste, o pagamento do(s) crédito(s) tributário(s) constituído(s) por intermédio do(s) Auto(s) de Infração a seguir relacionado(s), nos termos da legislação vigente nesta Agência, localizada na Quadra 103 Norte, RUA NO-05, LOTE 02, Centro, Palmas - TO, sob pena de imediata inscrição do respectivo valor em dívida ativa.

Nº	SUJEITO PASSIVO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	AUTO DE INFRAÇÃO	VALOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA
1	MORIÁ COM. E REPR DE PERSIANA	29.379.963-6	2010/000592	1.100,00	02/2006 e 3/2010
2	SUPERMERCADO MM LTDA	29.387.333-0	2010/000665	1.000,00	3/2010

PALMAS-TO, 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

NELMA LUCIA LIMA DE OLIVEIRA CHEFE DA AGÊNCIA

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Secretário: GLÁUCIO BARBOSA SILVA (INTERINO)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Republicação por Incorreção

PROCESSO: 2008 5101 000185 TERMO ADITIVO: 4° Termo Aditivo ao Convênio n° 024/2008 (Obra)

TERMO ADITIVO: 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 024/2008 (Obra) CONCEDENTE: Estado do Tocantins/Secretaria de Habitação. CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Araguatins-TO. OBJETO: Prorrogação da Vigência VALOR GLOBAL: R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais) DATA DA ASSINATURA: 30/06/2011 VIGÊNCIA: 30/06/2012

SIGNATÁRIOS: Igor Pugliesi Avelino – Secretário da Habitação Francisco da Rocha Miranda – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

PROCESSO: 2010 1025 000005

PROCESSO: 2010 1025 000005
TERMO RESCISÃO: Termo de Rescisão ao Convênio nº 005/2010 (Obra)
CONCEDENTE: Estado do Tocantins/Secretaria de Habitação
CONVENENTE: Prefeitura Municipal de Jaú do TO.
OBJETO: Rescisão de Convênio
DATA DA ASSINATURA: 13/12/2011
SIGNATÁRIOS: Gláucio Barbosa Silva – Secretário

João Luis Cirqueira Costa - Prefeito.

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Secretário: ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA

PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS Republicada Por Incorreção

O Secretário da Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, parágrafo 1º, Inciso IV, da Constituição Estadual, através da SUPERINTENDÊNCIA DE CONST. E FISCAL. RODOVIÁRIA, com base no parágrafo único, art. 8º da Lei nº 8.666/93, paralisa temporariamente os serviços de execução dos serviços de terraplenagem e pavimentação Asfáltica da TO-181, trecho: Entrocamento BR-242 (Formoso do Araguaia)/Fundação Bradesco com 26,57 km de extensão, município de FORMOSO DO ARAGUAIA-TO, objeto do contrato de nº 00111/2009, firmado com a empresa EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S/A.

Justificativa: Devido aos altos índices pluviométricos ocasionados na região

Palmas - TO, 01 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA Secretário da Infraestrutura

ENGº ADRIANO SILVA MAGALHÃES DE MACEDO Diretor Geral de Pavimentação

ENGº ESTEMIR DE SOUZA PEREIRA Superintendente de Const. e Fiscal. Rodov.

ORDEM DE REINÍCIO DE SERVIÇOS

O Secretário da Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, parágrafo 1º, Inciso IV, da Constituição Estadual, através da SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÃO E CONSERV. Estadual, atraves da SUPERINTENDENCIA DE OPERAÇÃO E CONSERV. RODOVIÁRIA, com base no parágrafo único, art. 8º da Lei nº 8.666/93, autoriza a empresa N.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, a dar reinício aos serviços de Melhoramentos nas Rodovias Vicinais do Município de Sampaio, situado na região do Bico do Papagaio e Integrante do PDRS, numa extensão de 42,36 km, no município de Sampaio - TO, de conformidade com o contrato 00051/2007, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento desta, sob pena de rescisão unilateraldo contrato supramencionado, nos termos da avença contratual e legislação pertinente.

Palmas-TO, 03 de outubro de 2011.

ALEXANDRE UBALDO MONTEIRO BARBOSA Secretário da Infraestrutura

ADRIANO SILVA MAGALHÃES DE MACEDO Diretor Geral de Pavimentação

ENGº RUBENS LIMA DE SOUZA Superintendente de Oper. E Conserv. Rodov.

EXTRATO DE TERMO DE SUBCONTRATAÇÃO

Termo de Subcontratação ao Contrato nº 105/2010.

Processo nº 2011/3700/001103.

Subcontratante: CONSTRUTORA ALJA LTDA

Interveniente: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA.

Subcontratada: VIEIRA, LIMA E BULHÕES LTDA - ME.

Objeto: execução de serviços de terraplenagem, revestimento primário e obras de arte, na Rodovia TO-010, trecho: Tocantínia/Entroncamento TO-

245 (Rio Sono) Asfalto, com 41.25 km de extensão. Data da assinatura: 23 de dezembro de 2011.

Signatários: Ronaldo Alves Japiassú – Representante da Subcontratante Alexandre Ubaldo Monteiro Barbosa - Representante da Interveniente

Elon Marcello Lima Vieira - Representante da Subcontratada.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Secretário: DJALMA LEANDRO

PORTARIA SEJUDH/TO Nº 588, de 06 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I - Retificar a Portaria SEJUDH/TO nº 429, de 20/10/2011, que designou a servidora MAGNA DA SILVA LUZ DA PAZ, Coordenadora Educacional, matrícula nº 679470-0, para responder interinamente pela Diretoria Pedagógica do PROCON:

Onde se lê: "a partir de 20/09/2011", leia-se: "no período de 18/10/2011 a 14/02/2012, referente à licença médica da titular".

PORTARIA SEJUDH/TO Nº 649, de 19 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Suspender, por necessidade do serviço, as férias do servidor WAGNER SAMPAIO PALHARES JUNIOR, Assistente Administrativo. matrícula nº 90003587-1, período aquisitivo 2008/2009, previstas para o período de 09/01/2012 a 07/02/2012, garantindo-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

PORTARIA SEJUDH/TO Nº 650, de 19 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Estabelecer 18 (dezoito) dias de férias do servidor WAGNER SAMPAIO PALHARES JUNIOR, Assistente Administrativo, matrícula nº 90003587-1, de 02/01 a 19/01/2012, referente ao período aquisitivo 2007/2008, suspensas através da Portaria nº 339, de 19/11/2009.

PORTARIA SEJUDH/TO Nº 652, de 23 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, I, da Constituição do Estado do Tocantins, resolve:

I – Suspender, por necessidade do serviço, as férias do servidor TEOCRITO BATISTA MELO, matrícula nº 846527-4, Agente Penitenciário, previstas para o período de 10/11 a 09/12/2011, garantindo-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço, com efeito retroativo a 10/11/2011.

EXTRATOS DE CONTRATO

PROCESSO: 2011.1701.000651

CONTRATO N° 034/2011

CONTRATANTE: Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos CONTRATADO: TURIM PALACE HOTEL LTDÁ

OBJETO: Referente à prestação de serviço de hospedagem, fornecimento de alimentação, locação de salas e auditório para hospedagem de 80 (oitenta) delegados representantes da sociedade civil organizada, participantes da I Conferência Estadual Sobre Drogas, no período de 06 a 08 de dezembro de 2011

VALOR TOTAL: R\$ 40.743,20 (Quarenta mil setecentos e guarenta e três reais e vinte centavos).

FIRMADO EM: 20/12/2011

VIGÊNCIA: Terá a vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data da sua assinatura até a utilização do quantitativo prevalecendo o que ocorrer primeiro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14422010844530000

FONTÉ: 0100666666

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

SIGNATÁRIOS: DJALMA LEANDRO, pelo Contratante, e HEBE PEREIRA

FONSECA, pela Contratada.

PROCESSO: 2011.1701.000351

CONTRATO N° 035/2011

CONTRATANTE: Secretaria Estadual da Justica e dos Direitos Humanos CONTRATADO: MULTICORES PAPELARÍA E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO: Referente à aquisição de 34 (trinta e quatro) telefones headset destinados a atender setores de atendimento ao público nos núcleos de atendimento do Procon/TO.

VALOR TOTAL: R\$ 4.590,00 (Quatro mil quinhentos e noventa reais).

FIRMADO EM: 20/12/2011

VIGÊNCIA: Terá a vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data da sua assinatura até a utilização do quantitativo, podendo ser prorrogado na ocorrência de uma das hipóteses do artigo 57, da Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14422010644110000 FONTÉ: 0240666666

ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52

SIGNATÁRIOS: DJALMA LEANDRO, pelo Contratante, e DIEGO GARCIA DA SILVA, pela Contratada.

PROCESSO: 2011.1701.000057

CONTRATO N° 036/2011

CONTRATANTE: Secretaria Estadual da Justica e dos Direitos Humanos CONTRATADO: SAGA INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Referente à aquisição de carimbos automáticos e de madeira para atender as necessidades da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e Unidades Vinculadas.

VALOR TOTAL: R\$ 5.395,80 (Cinco mil trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

FIRMADO EM: 20/12/2011

VIGÊNCIA: Terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na ocorrência de uma das hipóteses do artigo 57, da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17010 02 421 0130 2135 0000 e 32370 14

422 0106 4411 0000

FONTE: 0100666666 e 024066666 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30

SIGNATÁRIOS: DJALMA LEANDRO, pelo Contratante, e GLEDISON CRISPIN DOS SANTOS, pela Contratada.

PROCESSO: 2011.1701.000057

CONTRATO N° 037/2011

CONTRATANTE: Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA CAPITAL LTDA

OBJETO: Referente à aquisição de carimbos automáticos e de madeira para atender as necessidades da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e Unidades Vinculadas.

VALOR TOTAL: R\$ 1.289,05 (mil duzentos e oitenta e nove reais e cinco centavos)

FIRMADÓ EM: 20/12/2011

VIGÊNCIA: Terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na ocorrência de uma das hipóteses do artigo 57, da Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17010 02 421 0130 2135 0000 e 32370 14 422 0106 4411 0000

FONTE: 0100666666 e 0240666666 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30

SIGNATÁRIOS: DJALMA LEANDRO, pelo Contratante, e LUIS CARLOS ALVES DE OLIVEIRA, pela Contratada.

SECRETARIA DA JUVENTUDE **E DOS ESPORTES**

Secretário: OLYNTHO GARCIA DE OLIVEIRA NETO

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 036/2011 Republicado por incorreção

PROCESSO: 2011.4301.000314

CONVÊNIO: 036/2011

CONCEDENTE: Estado do Tocantins através da Secretaria da Juventude

e dos Esportes (CNPJ n.º 03.063.416/0001-47)

CONVENENTE: Associação Atlética Atenas (CNPJ n.º 08.113.523/0001-56) OBJETO: O presente Convênio tem por objeto o auxílio financeiro para a realização de um campeonato de futebol (1ª Copa Integração de Futebol Society) para 600 (seiscentas) crianças e adolescentes de 7 (sete) a 17 (dezessete) anos.

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classificação Orçamentária: 27.812.0141.2181.0000 e Natureza de Despesa: 33.50.41; Fonte: 0100; ND: 2011ND01526

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

SIGNATÁRIOS: OLYNTHO GARCIA DE OLIVEIRA NETO - CPF 016.177.711-20 (Secretário da Juventude e dos Esportes) e ALCEU JOSÉ CATAPAN - CPF n.º 157.990.500-53 (Presidente da Associação Atlética Atenas).

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 040/2011 Republicado por incorreção

PROCESSO: 2011.4301.000294

CONVÊNIO: 040/2011

CONCEDENTE: Estado do Tocantins através da Secretaria da Juventude e dos Esportes (CNPJ n.º 03.063.416/0001-47)
CONVENENTE: Tocantins Futebol Clube (CNPJ n.º 26.751.883/0001-65)

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto aquisição de materiais

esportivos para a equipe do sub-18. VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classificação Orçamentária: 27.812.0141.2181.0000 e Natureza de Despesa: 33.50.41; Fonte: 0100; ND: 2011ND01524

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2011

VIGÊNCIA: 31/12/2011

SIGNATÁRIOS: OLYNTHO GARCIA DE OLIVEIRA NETO - CPF 016.177.711-20 (Secretário da Juventude e dos Esportes) e BELMIRAN JOSÉ DE SOUZA - CPF n.º 333.155.151-15 (Presidente do Tocantins Futebol Clube).

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MOD. DA GESTAO PUBLICA

Secretário: JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

PORTARIA SEPLAN Nº 099/2011, de 15 de dezembro de 2011.

O Secretário do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os artigos 86 e 87, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

DETERMINAR o gozo de 30 (trinta) dias das férias da servidora KÉZIA ARAÚJO, Economista/Função Comissionada – FC-8, matrícula funcional nº 865455-7, referentes ao período aquisitivo de 2008/2009, suspensas pela Portaria SEPLAN Nº 35, de 25.05.2011, para que sejam fruídas no período de 02.01.2012 a 31.01.2012.

PORTARIA SEPLAN Nº 100/2011, de 15 de dezembro de 2011.

O Secretário do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado, e art. 86, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

SUSPENDER, em razão da necessidade dos servicos, 18 (dezoito) dias do gozo de férias da servidora ALAIR TAVARES E SILVA MOTA, Diretora de Execução Orçamentária - CPC-III, matrícula funcional nº 709930-4, referentes ao período aquisitivo de 01.02.2010 a 31.01.2011, convocando-a a retornar às suas atividades a partir de 17.12.2011 e assegurando-lhe o direito de gozá-las em data oportuna e não prejudicial ao Serviço Público e à servidora.

PORTARIA SEPLAN Nº 101/2011, de 15 de dezembro de 2011.

O Secretário do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no art. 42, § 1°, incisos I e IV, da Constituição do Estado e de acordo com os artigos 86 e 87, da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando o Memorando SCF N° 02/2011, de 09/12/2011, resolve:

ALTERAR o período de gozo das férias legais da servidora IVANILDES MAGALHÃES E SILVA, Economista/Função Comissionada—FC-8, matrícula funcional nº 90003215-4, referentes ao período aquisitivo de 17.04.2010 a 16.04.2011, previstas para 26.12.2011 a 24.01.2012, para que sejam fruídas no período de 09.01.2012 a 07.02.2012.

PORTARIA SEPLAN Nº 102/2011, de 19 de dezembro de 2011.

O Secretário do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública, no uso das atribuições dispostas no § 1º do art. 42 da Constituição do Estado e de acordo com o disposto no Art. 37 da Lei 1.818, de 23.08.2007,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar CLÉIAAZEVEDO GLÓRIA, Auxiliar Administrativo/ Assessor Especial DAS-8, matrícula funcional nº 832390-9, para substituir EDILSON GOMES PEREIRA, Diretor de Programação e Execução Orçamentária, matrícula funcional nº 523836-6 e responder pela Diretoria de Programação e Execução Orçamentária, no período de 12.12.2011 a 10.01.2012, em razão de férias do titular.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2011

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto n° 2.435/2005, Decreto n° 3.939/2010 e Decreto nº 4.308 de 1º de junho de 2011, do Governador do Estado do Tocantins, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 058/2011 da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, ao preço da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s) e classificada(s) no certame e demais discriminações, constante em sua(s) Proposta(s) de Preço, anexada(s) aos autos:

Empresa: MANIA DIGITAL COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

	ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR ESTIMADO UNITÁRIO	VLR ESTIMADO GLOBAL
ſ	01	50	UNID	PROCESSADOR	INTEL	157,20	7.860,00
	VALOF	R TOTA	L				7.860,00

Empresa: RCA COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR ESTIMADO UNITÁRIO	VLR ESTIMADO GLOBAL
02	100	UNID	MÓDULO DE MEMÓRIA	MARKVISION	62,00	6.200,00
10	50	UNID	GRAVADOR DE DVD	LITE-ON	50,00	2.500,00
VALOF	R TOTA	ıL				8.700,00

Empresa: AGILL COM. DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR ESTIMADO UNITÁRIO	VLR ESTIMADO GLOBAL
03	50	UNID	PLACA MÃE	BIOSTAR	175,00	8.750,00
07	1000	UNID	BATERIA	GETPOWER	40,80	40.800,00
VALO	VALOR TOTAL					

Empresa: JAMBO COMERCIAL LTDA-ME

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR ESTIMADO UNITÁRIO	VLR ESTIMADO GLOBAL
04	100	UNID	TECLADO	MULTILASER	13,55	1.355,00
05	200	UNID	MOUSE	COLETEK	7,75	1.550,00
11	04	UNID	MÓDULO DE MEMÓRIA	MAKVISION	89,00	356,00
VALOF	R TOTA	ιL				3.261,00

Empresa: R J COMERCIAL LTDA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR ESTIMADO UNITÁRIO	VLR ESTIMADO GLOBAL
08	300	UNID	FONTE	ADVANCED	29,70	8.910,00
09	50	UNID	GABINETE	LG	33,56	1.678,00
12	170	UNID	PLACA DE REDE	MYMAX	35,76	6.079,20
15	50	UNID	MÓDULO DE MEMÓRIA	MEMOWISE	33,75	1.687,50
VALOF	R TOTA	ıL.				18.354,70

Valor Total Geral: R\$ 87.725.70

01. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. Prazo de validade dos preços registrados:
- a) O prazo de validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.
 - 1.2. Do local e prazo de entrega:
- a) Os equipamentos deverão ser entregues na AGÊNCIA DE DEFESAAGROPECUÁRIA em Palmas TO, em dias úteis das 08h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h00m horas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho/solicitação.
 - 1.3. Condições para Contratação:
- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de Empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado;
- b) O contrato terá a sua vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
 - 1.4. Condições de Pagamentos:
- a) Quando houver a emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente ou ainda Termo de Contrato, os pagamentos serão efetuados ao final de cada mês, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento dos produtos, atestados pela Comissão composta de no mínimo 03 (três) membros, conforme Parágrafo 8º, Artigo 15, da Lei 8.666/93 e mediante apresentação das notas fiscais na AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA;
- b) O pagamento será efetuado até 30 dias, após a entrega do objeto, com certidão expedida pelo Setor de Compras da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA de que o(s) materiais está(ão) em perfeitas condições de uso e funcionamento.

1.5. Das Assinaturas:

a) Assinam o presente Ata de Registro de Preços, a(s) empresa(s) abaixo discriminada(s), através de seu(s) representante(s) credenciado(s) no certame, juntamente com a Pregoeira e o Presidente da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.

Palmas - TO, 20 de dezembro de 2011.

GERALDINO FERREIRA PAZ Presidente

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA Pregoeira

Empresa:

MANIA DIGITAL COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

RCA COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

AGILL COM. DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

JAMBO COMERCIAL LTDA-ME

R J COMERCIAL LTDA

ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2011

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto nº 2.435/2005, Decreto nº 3.939/2010 e Decreto nº 4.308 de 1º de junho de 2011, do Governador do Estado do Tocantins, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 062/2011 da FUNDAÇÃO CULTURAL, ao preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame e demais discriminações, constantes em sua Proposta de Preços, anexada aos autos:

Empresa: MEGA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

ITEM	QT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO CONTRATO
01	01	sv	Fornecimento de Passagens Aéreas em Âmbito Nacional	90.000,00
01 01 50		0	Percentual mínimo de desconto	5.50%
VALOR TOTAL			>>	90.000,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. Prazo de validade dos preços registrados:
- a) O prazo de validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.
 - 1.2. Do local e prazo de entrega:
- a) O prazo de entrega dos bilhetes será de até 12 horas para as reservas normais e de 04 horas para as reservas de urgência, contados a partir da requisição emitida pela FUNDAÇÃO CULTURAL, caso contrário poderá, a critério do órgão requisitante, acarretar a cobrança de multa ou a rescisão do contrato ou anulação da Nota de Empenho.
 - 1.3. Condições para Contratação:
- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de Empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado;
- b) O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nas hipóteses do art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
 - 1.4. Condições de Pagamentos:
- a) Quando houver a emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente ou ainda termo de contrato, os pagamentos serão efetuados ao final de cada mês, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento dos produtos, atestados pela Comissão composta de no mínimo 03 (três) membros, conforme Parágrafo 8º, Artigo 15, da Lei 8.666/93 e mediante apresentação das notas fiscais na FUNDAÇÃO CULTURAL;
- b) O pagamento será efetuado mensalmente, após 30 dias do serviço prestado, com certidão expedida pelo Setor de Compras da FUNDAÇÃO CULTURAL de que o(s) serviço(s) foi(ram) prestado(s) a contento, aplicando-se o percentual obtido no volume total de vendas.
 - 1.5. Das Assinaturas:
- a) Assinam o presente Ata de Registro de Preços, a empresa abaixo discriminada, através de seu representante credenciado no certame, juntamente com a Pregoeira e a Presidente da Fundação Cultural.

Palmas - TO, 21 de dezembro de 2011.

KÁTIA TEREZINHA COELHO DA ROCHA Presidente

> MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA Pregoeira

Empresa:

MEGA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 074/2011

Considerando que o julgamento da licitação é MENOR PREÇO POR ITEM e com base no Decreto n° 2.435/2005, Decreto n° 3.939/2010 e Decreto n° 4.308 de 1° de junho de 2011, do Governador do Estado do Tocantins, fica HOMOLOGADA e ADJUDICADA a Ata de Registro de Preços, do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 074/2011 do INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO TOCANTINS, ao preço da empresa abaixo relacionada(s) e classificada(s) no certame e demais discriminações, constantes em sua(s) Proposta(s) de Preço(s), anexada(s) aos autos:

Empresa: GIRASSOL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME

ITEM	QTD	UNID	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	241	ROLO	Arame Farpado Galvanizado bola com 500m e 1,60mm de diâmetro	BELGO MINEIRA	159,00	38.319,00
02	360	KG	Grampos para cerca 1x9	BELGO MINEIRA	5,00	1.800,00
VALOF	R TOTAL					40.119,00

Empresa: HATAMED COM. DE MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA

ITEM	QTD	UNID	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	1.250	UND	Anel de vedação de 16mm para conector inicial	NAANDAN	0,60	750,00
VALO	R TOTAL					750,00

Valor Total Geral: R\$ 40.869,00

01. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. Prazo de validade dos preços registrados:
- a) O prazo de validade dos preços registrados será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação.
 - 1.2. Do local e prazo de entrega;
- a) Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central do RURALTINS, localizado na Quadra 112 Sul, Rua SR 09, Lote 21, Centro, Palmas TO, em dias úteis das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da notificação da emissão da Nota de Empenho.
 - 1.3. Condições para Contratação:
- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de Empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado:
- b) O contrato terá a sua vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
 - 1.4. Condições de Pagamentos:
- a) Quando houver a emissão de Nota de Empenho ou instrumento equivalente ou ainda termo de contrato, os pagamentos serão efetuados ao final de cada mês, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do recebimento dos produtos, atestados pela Comissão composta de no mínimo 03 (três) membros, conforme Parágrafo 8º, Artigo 15, da Lei 8.666/93 e mediante apresentação das notas fiscais no INSTITUTO DE DESEN. RURAL DO TOCANTINS;
- b) O pagamento será efetuado até 30 dias, após a entrega do objeto, com certidão expedida pelo Setor de Compras do INSTITUTO DE DESEN. RURAL DO TOCANTINS de que o(s) materiais está(ão) em perfeitas condições de uso.

1.5. Das Assinaturas:

a) Assinam o presente Ata de Registro de Preços, a(s) empresa(s) abaixo discriminada(s), através de seu(s) representante(s) credenciado no certame, juntamente com a Pregoeira e o Presidente do INSTITUTO DE DESENV. RURAL DO TOCANTINS.

Palmas - TO, 16 de dezembro de 2011.

OLÍMPIO MASCARENHAS DOS REIS Presidente

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA Pregoeira

Empresa:

GIRASSOL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – ME HATAMED COM. DE MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2011 PROCESSO Nº 00.193/3700/2011

A Pregoeira comunica aos interessados a revogação do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 053/2011 – Aquisição de serviços de informática (monitoramento e rastreamento 24 horas de veículos, máguinas e caminhões em todo o território nacional, incluindo equipamento de rastreamento cedido por comodato) por conveniência administrativa.

Palmas. 26 de dezembro de 2011.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA Pregoeira

SECRETARIA DA SAÚDE

Secretário: ARNALDO ALVES NUNES (INTERINO)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

A Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público, que realizará as licitações relacionadas abaixo na modalidade Pregão Presencial, estando os editais disponíveis no *site*: www.saude.to.gov.br.

- Pregão Presencial nº 222/2011 (Processo nº 1178/2011) visa à aguisição de relógio de ponto digital destinado a Superintendência de Vig. e Proteção à Saúde/Coordenadoria de Imunização. Abertura às 08:30 horas, do dia 16/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 143/2011 (Processo nº 2010/3055/2186) visa à aquisição de órtese e próteses oculares incluindo medidas, moldes, confecção e posterior adaptação das mesmas aos pacientes, destinados a SAPS – Superintendência de Atenção e Promoção a Saúde. Abertura às 14:30 horas, do dia 16/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 001/2012 (Processo nº 1277/2011) visa à aquisição de medicamentos de alto custo de A a Z, destinados ao atendimento de demandas judiciais. Abertura às 08:30 horas, do dia 17/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 002/2012 (Processo nº 0935/2010) visa à aquisição de refrigerador científico, termômetro digital para freezer/geladeira e outros, destinados ao Banco de Olhos do Hospital Geral de Palmas. Abertura às 14:30 horas do dia 17/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 003/2012 (Processo nº 0569/2011) visa à aquisição de equipamentos oftalmológicos (Tonômetro de aplanação haag streit, Oftalmoscópio binocular indireto e outros), destinados a SAPS - Centro Estadual de Reabilitação Visual. Abertura às 08:30 horas do dia 18/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 004/2012 (Processo nº 0997/2011) visa à contratação de serviços de certificações, verificações e medições eletromecânicas nas cabines de segurança biológica, destinado a SVPS – Diretoria do Lacen. Abertura às 14:30 horas do dia 18/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.
- Pregão Presencial nº 005/2012 (Processo nº 1093/2011) visa à contratação de empresa especializada em serviços de incineração de resíduos de saúde com recolhimento (transporte), destruição térmica e emissão de certificado da incineração, destinados a Coordenação do Estoque Regulador. Abertura às 16:00 horas, do dia 19/01/2012. Pregoeiro: Gilberto José Scalco.

Palmas, 27 de dezembro de 2011.

GILBERTO JOSÉ SCALCO Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 027/2011

PREGÃO PRESENCIAL: 082/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2010/3055/001248

INTERESSADO: SAPS - Diretoria de Vigilância Epidemiológica

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Pulverizadores Costal e de Compressão Prévia

VALIDADE DO REGISTRO: 12 meses, contados da publicação

DATA DE ASSINATURA: 15 de dezembro de 2011

ÓRGÃO REGISTRADOR: Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins (Registrante)

Arnaldo Alves Nunes - Secretário Interino EMPRESAS REGISTRADAS: Sr. Márcio Soares Almeida, CPF. Nº

961.760.401-91

Jambo Comercial Ltda-Me CNPJ Nº 11.104.598/0001-85

PREÇOS REGISTRADOS:

	JAMBO COMERCIAL LTDA-ME, CNPJ N° 11.104.598/0001-85						
	Vencedora dos itens	a segui	r				
Item	Descrição	Und	Qtd	V. Unit.	V. Total	Marca	
1	PULVERIZADOR COSTAL DE ALAVANCA LATERAL	UND	100	196.99	19.699.00	GUARANY	
Ľ	com capacidade para 20 litros	0.15		.00,00	10.000,00	00/110111	
2	PULVERIZADOR DE COMPRESSÃO PRÉVIA,	UND	50	29.27	1.463.50	GUARANY	
	capacidade entre 01 a 1,5 litros	UND	30	29,21	1.403,50	GUARANT	
	TOTAL				21.162,50		

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2011

PREGÃO PRESENCIAL: 256/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2011/3055/001209

INTERESSADO: Diretoria de Gestão da Hemorrede do Tocantins

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches

VALIDADE DO REGISTRO: 12 meses, contados da publicação

DATA DE ASSINATURA: 26 de dezembro de 2011

ÓRGÃO REGISTRADOR: SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO **TOCANTINS**

Arnaldo Alves Nunes - Secretário Interino

EMPRESAS REGISTRADAS: COSTA E VIEIRA LTDA.; CNPJ Nº. 07.209.626/0001-51

Sr. Marcos Paulo Lucena; CPF Nº. 019.085.111-25 (Representada).

PRECOS REGISTRADOS:

	3							
	Vencedora do certame: COS	ΓΑ E VIEIRA LT	DA (CNPJ N°	. 07.209.6	26/0001-51			
	Tabela 01: PRODUTOS PARA INGESTÃO LÍQUIDA							
Item	Descrição	Unid	Qtd	V. Unit.	V. Total	Marca		
1	Leite Achocolatado	Cx de 250ml	12.000	1,50	18.000,00	Chocobom		
2	Suco da Polpa de Fruta - sabor acerola	Cp de 300ml	14.004	1,55	21.706,20	Brasfrut		
3	Suco da Polpa de Fruta - sabor cajá	Cp de 300ml	14.004	1,55	21.706,20	Brasfrut		
4	Suco da Polpa de Fruta - sabor laranja	Cp de 300ml	14.004	2,00	28.008,00	Dafruta		
5	Suco da Polpa de Fruta - sabor uva	Cp de 300ml	14.004	2,00	28.008,00	Dafruta		
6	Refrigerante	Fr de 250ml	10.000	1,40	14.000,00	Picthula		
7	Água de coco	Cx de 250ml	10.000	3,49	34.900,00	Ducoco		
	TOTAL	_			166.328,40			

	Tabela 02: PRO	DUTOS PARA	INGESTÃO S	ÓLIDA		
Item	Descrição	Unid	Qtd	V. Unit.	V. Total	Marca
1	Biscoito Salgado sem Recheio	Emb 6 und	6.948	3,00	20.844,00	Marilan
2	Biscoito Salgado Recheado	Emb 6 und	6.948	3,00	20.844,00	Marilan
3	Paçoca de amendoim	Cx 50 Und	600	10,31	6.186,00	Moreninha
4	Pé de moleque	Cx 50 Und	600	12,00	7.200,00	Riberão
5	Mini Bolo Recheado Individual	Und	39.600	1,15	45.540,00	Bauduco
6	Tablete de Chocolate	Und	39.600	1,46	57.816,00	Garoto
7	Pão de forma tradicional	Emb 500g	7.920	3,80	30.096,00	Produtos Mineiros
8	Queijo fatiado	Emb 1kg	3.072	15,04	46.202,88	Mel
9	Presunto fatiado	Emb1kg	2.592	14,80	38.361,60	F. Norte
10	Fruta fresca – maçã	Und	24.576	0,28	6.881,28	Ceasa
11	Fruta fresca – pêra	Und	14.640	1,79	26.205,60	Ceasa
12	Fruta fresca – tangerina	Und	14.640	0,38	5.563,20	Ceasa
13	Margarina	Und	696	3,63	2.526,48	Delicia
14	Maionese	Cx 192 saches	408	6,84	2.790,72	Ariane
15	Ketchup	Cx 192 saches	336	6,93	2.328,48	Ariane
16	Café	Pct 250g	2.220	3,10	6.882,00	Puro
17	Açúcar	Pct 2kg	2.484	4,50	11.178,00	Itaja
	TOTAL				337.446,24	

	Tabela 03: ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS A SEREM FOR	RNECIDOS	S EM COM	IODATO
Item	Descrição	Unid	Qtd	Marca
1	Guardanapo 20 x 22 cm	Pct	3.000	5 Estrela
2	Guardanapo 24 x 22 cm	Pct	2.000	Snob
3	Copo descartável 200ml	Tira	15.000	Copocentro
4	Copo descartável 50ml	Tira	2.000	Copocentro
5	Colher descartável	Pct	50	Strawplast
6	Garfo descartável	Pct	50	Strawplast
7	Faca descartável	Pct	50	Strawplast
8	Prato descartável 21cm	Pct	300	Strawplast
9	Prato descartável 15cm	Pct	200	Strawplast
10	Palito de dente	Und	250	Gina
11	Porta guardanapo	Und	25	Tramontina
12	Garrafa térmica 1L	Und	25	Invcta
13	Garrafa térmica 1,8L	Und	20	Termolar
14	Garrafa térmica 12L	Und	10	Termolar
15	Garrafa térmica 5L	Und	10	Termolar
16	Sanduicheira	Und	5	Faet
17	Cafeteira	Und	5	Universal
18	Liquidificador	Und	5	Britania
19	Purificador de água refrigerado	Und	5	Esmaltec

Nota:

a) Os itens constantes da Tabela 03 serão disponibilizados a SESAU/TO em comodato.

SECRETARIA DO TRABALHO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretário: AGIMIRO DIAS DA COSTA

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS DE CONTRATOS

Processo nº: 2007 4100 00519 Contrato nº: 059/2007 Termo Aditivo: 5°

Contratante: Governo do Estado do Tocantins Secretaria do Trabalho e da Assistência Social Contratada: Realtins Sistemas para Escritório Ltda

Objeto: Alterar as Cláusulas Oitava e Décima Segunda do Termo de Contrato

nº 059/2007

Vigência: 01/01/2012 a 17/09/2012 Dăta da assinatura: 27/12/2011

Signatários: Agimiro Dias da Costa - Contratante Silvania Manhas Machado p/p - Contratada

Fiscal do Contrato: Valtônia Gonçalves dos Santos, Matrícula: 886147-1.

Processo nº: 2011 4100 00029 Contrato nº: 007/2011 Termo Aditivo: 1º

Contratante: Governo do Estado do Tocantins Secretaria do Trabalho e da Assistência Social Contratada: Stalim & Oliveira LTDA - EPP

Objeto: Alterar a Cláusula Terceira do Termo de Contrato nº 007/2011

Vigência: 01/01/2012 a 31/12/2012 Data da assinatura: 23/12/2011

Signatários: Agimiro Dias da Costa - Contratante

Francisco Stalim Araújo e Silva de Oliveira p/p - Contratada Fiscal do Contrato: Ana Coelho Maciel Ferreira, Matrícula: 868225-9.

Processo nº: 2011 4100 00192 Contrato nº: 040/2011

Termo Aditivo: 1º
Contratante: Governo do Estado do Tocantins
Secretaria do Trabalho e da Assistência Social
Contratada: MBS Distribuidora Comercial LTDA
Objeto: Altera a Cláusula Décima Quarta do Termo de Contrato nº 040/2011.

Vigência: 01/01/2012 a 31/06/2012 Data da assinatura: 23/12/2011

Signatários: Agimiro Dias da Costa – Contratante Genilson Saraiva de Goiaz – Contratada Fiscal do Contrato: Aldy Carlos Filho, Matrícula: 817375-3.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS

Presidente: EDMUNDO GALDINO DA SILVA

EXTRATOS DE CONTRATO

Termo de Convênio nº: 002/2011
Processo nº: 2011/5297/00055
Concedente: Agência Tocantinense de Saneamento - ATS
Convenente: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis - TO
Objeto: Construção de módulos sanitários domiciliares no município, conforme Plano de Trabalho, integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

Dotação Orcamentária: 17 512 0036 1067 0000

Dotação Orçamentária: 17.512.0036.1067.0000. Natureza da Despesa: 3.4.4.40.42.

Fonte de Recurso: 0100111111 Valor R\$: 500.000,00 (quinhentos mil reais). Vigência: 26/12/2011 a 31/12/2012

Data da assinatura: 26/12/2011

Signatários: Edmundo Galdino da Silva - Representante da Concedente Fabion Gomes de Sousa - Representante da Convenente.

Termo de Convênio nº: 001/2011 Processo nº: 2011/5297/00093

Concedente: Agência Tocantinense de Saneamento - ATS

Convenente: Prefeitura Municipal de Colméia - TO

Objeto: Aquisição de um caminhão compactador de lixo para o município, conforme Plano de Trabalho integrante do presente Instrumento,

independentemente de sua transcrição.

Dotação Orçamentária: 17.512.0036.3350.0000.

Natureza da Despesa: 3.4.4.40.42.

Fonte de Recurso: 0100111111,

Valor R\$: 200.000,00 (duzentos mil reais).

Vigência: 26/12/2011 à 31/12/2012

Data da assinatura: 26/12/2011

Signatários: Edmundo Galdino da Silva – Representante da Concedente

Ermilson Pereira da Silva - Representante da Convenente.

DETRAN

Diretor-Geral: Cel. JÚLIO CÉSAR DA SILVA MAMEDE

PORTARIA/GABDG/DIAF/RH/N° 2.582/2011.

Conceder férias suspensa a servidor e dar outras providências.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/TO, no uso das atribuições legais, pela competência que lhe fora atribuída pelo Ato nº 58 NM de 1º de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial nº 3.292, na data de 02 de janeiro de 2011, combinado com o que consta no art. 22, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem como princípios a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, de acordo com o disposto no art. 37 da Constituição da República, acumulado com o que dispõe o parágrafo 1º do art. 42, da Constituição Estadual do Estado do Tocantins, combinado com o parágrafo 1º do art. 86, da Lei nº 1.818 de 23 de agosto de 2007, resolve:

CONCEDER 13 (treze) dias de férias no período de 02/01/2012 a 14/01/2012, ao servidor Sidiney Reis Farias - matrícula 685089-8, referente ao período aquisitivo 2009/2010, prevista para o período de 11/07/2011 a 09/08/2011, interrompidas a partir de 28/07/2011, conforme Portaria 1.450 - DIAF de 09 de agosto de 2011, publicada no D.O.E nº 3.443 de 11 de agosto de 2011.

Palmas. 27 de dezembro de 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL

Presidente: KÁTIA TEREZINHA COELHO DA ROCHA

EXTRATOS DE TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº: 066/2011
PROCESSO Nº: 2011 5471 000323
CONCEDENTE: Fundação Cultural do Estado do Tocantins
CONVENENTE: ICAM - Instituto Cultural Amigos da Música

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 54710-13.392.0006.44. 67; Natureza de

Despesa: 33.50.43

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o auxílio financeiro para realização da 1ª Festa Natalina Das Arnos na Capital, a realizarem-se nos dias 18 e 25/12/2011, respectivamente.

VIGÊNCIA: 60 dias a contar da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2011. SIGNATÁRIOS: Kátia Rocha - Concedente

Jomar Casteluci - Convenente.

CONVÊNIO Nº: 067/2011 PROCESSO Nº: 2011 5471 000322 CONCEDENTE: Fundação Cultural do Estado do Tocantins CONVENENTE: ICAM – Instituto Cultural Amigos da Música VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 547100-13.392.0006.44. 67; Natureza de

Despesa: 33.50.43

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o auxílio financeiro para realização do evento cultural de "Pré-Reveillon", nos Municípios de Santa Teresa-TO e Conceição do Tocantins-TO, a realizarem-se nos dias 29 e 30/12/2011, respectivamente.

VIGÊNCIA: 60 dias a contar da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2011. SIGNATÁRIOS: Kátia Rocha - Concedente

Jomar Casteluci – Convenente.

CONVÊNIO Nº: 068/2011

PROCESSO Nº: 2011 5471 328

CONCEDENTE: Fundação Cultural do Estado do Tocantins

CONVENENTE: ICAM – Instituto Cultural Amigos da Música

VALOR: R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 54710-13.392.0006.44. 67; Natureza de

Despesa: 33.50.43

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o auxílio financeiro para realização da 1ª Festividade Natalina nos municípios de Maurilândia e Carrasco Bonito, a realizarem-se nos dias 24 e 25/12/2011, respectivamente.

VIGÊNCIA: 60 dias a contar da data de sua assinatura DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2011 SIGNATÁRIOS: Kátia Rocha - Concedente

Jomar Casteluci - Convenente.

CONVÊNIO Nº: 069/2011 PROCESSO Nº: 2011 5471 336

CONCEDENTE: Fundação Cultural do Estado do Tocantins CONVENENTE: ICAM – Instituto Cultural Amigos da Música

VALOR: R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 54710-13.392.0006.44. 67; Natureza de

Despesa: 33.50.43

OBJETO: O presente convênio tem por objeto o auxilio financeiro para realização da 1ª Festividade Natal Feliz em Darcinópolis, a realizar-se no dia 23/12/2011, com apresentação de show com a Banda Gata Furacão,

do Estado do Pará.

VIGÊNCIA: 60 dias a contar da data de sua assinatura DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2011 SIGNATÁRIOS: Kátia Rocha – Concedente

Jomar Casteluci - Convenente.

FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS

Presidente: ERIC LUIZ RODRIGUES DE SÁ

PORTARIA Nº 094, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Ato n° 59-NM, de 01/01/2011, publicado no DOE N° 3.292, de 02/01/2011 e consoante o disposto no art. 37, da Lei n° 1.818, de 23 de agosto de 2007 e com fulcro no art. 11, inciso I, alíneas b e c, do Decreto n° 1.669, de 27 de dezembro de 2002,

CONSIDERANDO – a existência de processo nº. 2011.3051.00066, que tem como objeto o reconhecimento de despesa com combustível e material de consumo para esta Instituição, no importe de R\$ 8.717,56 (Oito mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos);

CONSIDERANDO – a manifestação do Núcleo de Controle Interno através do Relatório de Fiscalização nº. 052/2011, fls. 61 e o Parecer da Assessoria Jurídica nº. 74/2011, fls. 63/79, que opinaram pelo reconhecimento da despesa;

CONSIDERANDO – que a empresa TOCA DA ONÇA COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, prestou os serviços de fornecimento de combustível e materiais, conforme atestos existentes nas Notas Fiscais de fls. 34/41, que instrui os autos, mesmo inexistindo cobertura contratual, bem como que os valores que estão sendo pagos, conforme pesquisa de preço fl.s 05/12 são justos e compatíveis com o do mercado;

CONSIDERANDO – que após pagamento da despesa, seja apurada responsabilidade, conforme exigência do artigo 20 do Decreto Orçamentário, extraído cópia integral do processo para encaminhamento à Comissão Sindicante que ficará responsável em verificar quem foi o agente que deu causa a despesa sem cobertura contratual;

CONSIDERANDO – que o processo observou o procedimento estabelecido no artigo 17 e 20 do Decreto Orçamentário nº. 3.943/2010, devendo, conforme exigido pelo mesmo, ser apurado responsabilidades.

RESOLVE:

Art. 1º. RECONHECER A DESPESA no valor de R\$ 8.717,56 (Oito mil setecentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos) referente a prestação de serviços de fornecimento de combustível pela empresa TOCA DA ONÇA COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 095, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Ato n° 59-NM, de 01/01/2011, publicado no DOE N° 3.292, de 02/01/2011 e consoante o disposto no art. 37, da Lei n° 1.818, de 23 de agosto de 2007 e com fulcro no art. 11, inciso I, alíneas b e c, do Decreto n° 1.669, de 27 de dezembro de 2002.

CONSIDERANDO – a existência de processo nº. 2011.3051.000120, que tem como objeto o reconhecimento de despesa referente ao serviço de *link* de acesso à internet de IP DEDICADO, no importe de R\$ 3.422,45 (Três mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos);

CONSIDERANDO – a manifestação do Núcleo de Controle Interno através do Relatório de Fiscalização nº. 057/2011, fls. 35 e o Parecer da Assessoria Jurídica nº. 83/2011, fls. 36/43, que opinaram pelo reconhecimento da despesa;

CONSIDERANDO – que a empresa BRASIL TELECOM S. A prestou os serviços de *link* de acesso à internet de IP DEDICADO, conforme atestos existentes nas Notas Fiscais de fls. 19/26, que instrui os autos, mesmo inexistindo cobertura contratual;

CONSIDERANDO – que após pagamento da despesa, seja apurada responsabilidade, conforme exigência do artigo 20 do Decreto Orçamentário, extraído cópia integral do processo para encaminhamento a Comissão Sindicante que ficará responsável em verificar quem foi o agente que deu causa a despesa sem cobertura contratual;

CONSIDERANDO – que o processo observou o procedimento estabelecido no artigo 17 e 20 do Decreto Orçamentário nº. 3.943/2010, devendo, conforme exigido pelo mesmo, ser apurado responsabilidades.

RESOLVE:

Art. 1°. RECONHECER A DESPESA no valor de R\$ 3.422,45 (Três mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), referente ao serviço de *link* de acesso à internet de IP DEDICADO pela empresa BRASIL TELECOM S. A.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 096, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Ato n° 59-NM, de 01/01/2011, publicado no DOE N° 3.292, de 02/01/2011 e consoante o disposto no art. 37, da Lei n° 1.818, de 23 de agosto de 2007 e com fulcro no art. 11, inciso I, alíneas b e c, do Decreto n° 1.669, de 27 de dezembro de 2002,

CONSIDERANDO – a existência de processo nº. 2011.3051.000119, que tem como objeto o reconhecimento de despesa referente ao serviço de telefonia rede fixa para esta Instituição, no importe de R\$ 8.257,69 (Oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos);

CONSIDERANDO – a manifestação do Núcleo de Controle Interno através do Relatório de Fiscalização nº. 058/2011, fls. 93 e o Parecer da Assessoria Jurídica nº. 84/2011, fls. 96/102, que opinaram pelo reconhecimento da despesa;

CONSIDERANDO – que a empresa BRASIL TELECOM S. A, prestou os serviços de telefonia rede fixa, conforme atestos existentes nas Notas Fiscais de fls. 21/84, que instrui os autos, mesmo inexistindo cobertura contratual;

CONSIDERANDO – que após pagamento da despesa, seja apurada responsabilidade, conforme exigência do artigo 20 do Decreto Orçamentário, extraído cópia integral do processo para encaminhamento a Comissão Sindicante que ficará responsável em verificar quem foi o agente que deu causa a despesa sem cobertura contratual.

CONSIDERANDO – que o processo observou o procedimento estabelecido no artigo 17 e 20 do Decreto Orçamentário nº. 3.943/2010, devendo, conforme exigido pelo mesmo, ser apurado responsabilidades.

RESOLVE:

Art. 1º. RECONHECER A DESPESA no valor de R\$ 8.257,69 (Oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos) referente ao serviço de telefonia rede fixa pela empresa BRASIL TELECOM S.A.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATURATINS

Presidente: ALEXANDRE TADEU DE MORAES RODRIGUES

PORTARIA NATURATINS Nº. 526, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do ato nº. 67-NM publicada no Diário Oficial nº. 3.292, de 02 de janeiro de 2011 e consoante o disposto no Art. 86, da Lei nº. 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

CONCEDER a fruição das férias legais da servidora EDNA MENDONÇA ALVES DOS SANTOS, matrícula n.º 196916-1, Auxiliar Administrativo, do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2009/2010, antes prevista para 19/07/2010 a 17/08/2010, conforme Portaria n.º 562, de 13 de agosto de 2010, restando 05 (cinco) dias para fruí-los de 09/01/2012 a 13/01/2012.

PORTARIA NATURATINS Nº. 527, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do ato nº. 67-NM publicada no Diário Oficial nº. 3.292, de 02 de janeiro de 2011 e consoante o disposto no Art. 86, da Lei nº. 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

CONCEDER a fruição das férias legais da servidora ANDREA BAKK, matrícula n.º 660434-0, Engenheira Florestal, do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2009/2010, antes prevista para 22/08/2011 a 02/09/2011, conforme Portaria n.º 315, de 15 de agosto de 2011 restando 12 (doze) dias para fruí-los de 04/01/2012 a 15/01/2012.

PORTARIA NATURATINS Nº. 528, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do ato nº. 67-NM publicada no Diário Oficial nº. 3.292, de 02 de janeiro de 2011 e consoante o disposto no Art. 86, da Lei nº. 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

CONCEDER a fruição das férias legais da servidora ESLY DE ALMEIDA LOPES BARROS, matrícula n.º 826304-3, Fiscal Ambiental, do Instituto Natureza do Tocantins — NATURATINS, referente ao período aquisitivo 2009/2010, antes prevista para 18/07/2011 a 16/08/2011 conforme Portaria n.º 280, de 29 de Julho de 2011, restando 19 (dezenove) dias para fruí-las de 03/01/2012 a 21/01/2012 .

PORTARIA NATURATINS Nº. 529, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do ato nº. 67-NM publicado no Diário Oficial nº. 3.292, de 02 de janeiro de 2011 e consoante o disposto no Art. 35, da Lei nº. 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE

REMOVER para as respectivas Unidades Administrativas, a partir desta data, os seguintes servidores deste Instituto:

Matrícula	Nome	Lotar
8960569	Kércia Sousa dos Santos	Coordenadoria de Gestão de Bacias Hidrográficas
8966567	Luan de Sousa Ribeiro	Coordenadoria de Cadastro e Outorga

JUCETINS

Presidente: ANTÔNIO MILHOMEM DE CASTRO

PORTARIA JUCETINS N°. 137/2011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Estabelece critérios e procedimentos referentes ao Controle Eletrônico de Frequência no âmbito da Junta Comercial do Estado do Tocantins.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS - JUCETINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º da Lei nº. 07 de 23 de janeiro de 1989 e art. 7º, inc. XIV, do Regimento Interno da Junta Comercial do Estado do Tocantins, aprovado pelo Decreto nº. 106/89, com fulcro nos arts. 19, 40, 112, 113, 115 e 133, da Lei nº. 1.818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Expedir a presente Portaria destinada a estabelecer critérios e procedimentos referentes ao Controle Eletrônico de Frequência dos Servidores no âmbito da Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS.

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O Controle Eletrônico de Frequência é o procedimento administrativo que permite aferir o cumprimento do tempo de trabalho diário dos servidores e o cálculo da sua remuneração mensal.
- 1.2 O Controle de Frequência se dará através de registro dos horários de entrada e saída do serviço, em ponto eletrônico, utilizando-se da leitura das digitais para identificação, ressalvados os casos de ausência de leitura digital, onde será utilizado o cartão eletrônico com a autorização da Diretoria de Administração e Finanças.
- 1.2.1 Nas Unidades Regionais onde o Registro Eletrônico ainda não foi implantado, o Controle de Frequência dar-se-á por folha de ponto convencional.
- 1.3 Ficam dispensados da obrigação do registro diário no ponto eletrônico o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário-Geral, o Chefe da Procuradoria Regional, e os Diretores.
- 1.3.1 Poderão ser dispensados, temporariamente, detentores de outros cargos, quando autorizados previamente pelo Presidente da Junta Comercial.
- 1.4 A Diretoria de Administração e Finanças é responsável pelo controle, programação, armazenamento e gestão das informações referentes à frequência.

2 - DA JORNADA E HORÁRIOS DE TRABALHO

- 2.1 O servidor deverá cumprir sua jornada de trabalho em consonância com as disposições legais em vigor e em horários estabelecidos e predeterminados pelo Presidente da Junta Comercial, conforme disposto nos arts. 19, § 1º, § 2º, 112, 113 e 115, Lei Estadual nº. 1818/2007.
- 2.1.2 Os horários serão estabelecidos tendo em vista as necessidades de serviço, a conveniência e o horário de funcionamento desta Autarquia e de suas Unidades Regionais.
 - 2.2 A jornada de trabalho estende-se de segunda a sexta-feira.

3 - DO REGISTRO DA FREQUÊNCIA

- 3.1-A Diretoria de Administração e Finanças ficará responsável pela programação individual dos horários de serviço e pelo cadastramento das impressões digitais.
- $3.2-\acute{\rm E}$ responsabilidade do servidor o registro diário do ponto, respeitados os horários preestabelecidos de entrada e saída ao serviço.
- 3.2.1 O ponto eletrônico será liberado para registro, quinze minutos antes do horário de entrada e será bloqueado para registro, quinze minutos após o horário de saída preestabelecido ao servidor;

- 3.2.2 O registro de serviços extraordinários, previsto no artigo 71 da Lei nº. 1.818, de 2007, só terá validade para fins de remuneração quando previamente autorizado pelo Titular da Pasta.
- 3.3 Os titulares máximos das Unidades Administrativas serão responsáveis pelo repasse à Diretoria de Administração e Finanças das informações necessárias à correta gestão do sistema eletrônico de ponto, utilizando-se de formulário, conforme modelo anexado a esta normativa.

4 - DAS REGRAS DE CONTROLE

- 4.1 A tolerância para os atrasos em toda a jornada de trabalho, seja de oito ou seis horas diárias, será de quinze minutos diários cumulativas, sem prejuízo da remuneração.
- 4.2 Serão descontadas do servidor, no cálculo da remuneração mensal as faltas decorrentes de: ausência, esquecimentos, atrasos ou saídas antecipadas, omissão por realização de serviço externo, se não forem deferidas formalmente pelos Titulares máximo da sua Unidade Administrativa.
- 4.2.1 O titular a que se refere o *caput* terá no máximo 48 horas, após o recebimento do relatório diário, para formalizar autorização e justificativa junto à Diretoria de Administração e Finanças;
- 4.2.2 Os atrasos acumulados mensalmente terão tolerância de cento e dezenove minutos para os servidores que cumprem jornada de oito horas diárias, sendo que os cálculos para descontos obedecem à tabela abaixo:

CÁLCULOS PARA OS SERVIDORES QUE CUMPREM JORNADA DE 08 (OITO) HORAS		
Quantidade de minutos em atraso acumulados no mês	Fração de desconto do valor percebido em um dia de trabalho	
De 120 a 239 minutos	0,25	
De 240 a 359 minutos	0,50	
De 360 a 479 minutos	0,75	
De 480 a 599 minutos	1,00	

- 4.2.3 Os minutos acumulados no mês que ultrapassem o limite de 599 (quinhentos e noventa e nove minutos) serão reenquadrados até gerarem o valor total dos descontos;
- 4.2.4 Os atrasos acumulados mensalmente terão tolerância de oitenta e nove minutos para os servidores que cumprem jornada de seis horas diárias, sendo que os cálculos para descontos obedecem à tabela abaixo:

CÁLCULOS PARA OS SERVIDORES QUE CUMPREM JORNADA DE 06 (SEIS) HORAS		
Quantidade de minutos em atraso acumulados no mês	Fração de desconto do valor percebido em um dia de trabalho	
De 90 a 179 minutos	0,25	
De 180 a 269 minutos	0,50	
De 270 a 359 minutos	0,75	
De 360 a 449 minutos	1,00	

- 4.2.4.1 Os minutos acumulados no mês que ultrapassarem o limite de 449 (quatrocentos e quarenta e nove) minutos serão reenquadrados até gerarem o valor total dos descontos.
- 4.3- O servidor que deixar de registrar o ponto eletrônico em qualquer um dos horários de entrada e saída terá desconto da remuneração diária referente ao período.
- 4.4 O servidor perderá a remuneração do(s) dia(s) em que se ausentou do serviço, no caso de falta não justificada.
- 4.5 Os afastamentos decorrentes dos motivos previstos nos Arts. 88 ao 110, da Lei nº 1.818/2007, serão registrados pela Diretoria de Administração e Finanças da Junta Comercial, após a concessão pela Secretaria da Administração.
- 4.6 As faltas decorrentes dos motivos previstos no artigo 111 da Lei nº. 1.818/2007, deverão ser informadas à Diretoria de Administração e Finanças para registro imediato de sua concessão.

5 - DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - Ficam incumbidos os titulares de cada Unidade Administrativa de orientarem seus servidores e zelarem pelo cumprimento do disposto nesta Portaria.

- 5.2 O descumprimento das normas ora instituídas sujeita o infrator às sanções administrativas cominadas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins.
- 5.2.1 Detectados indícios de favorecimento, irregularidade ou fraude no Controle de Frequência Eletrônico do servidor, a devida apuração dar-se-á pela Corregedoria Administrativa da Secretaria da Administração, com o devido processo legal, podendo acarretar a aplicação de penalidades, cabíveis ao servidor, ao Chefe Imediato, bem como a quem contribuiu ou deu causa à ocorrência do ilícito.
- 5.3 Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicação das regras estabelecidas nesta Portaria serão dirimidas pelo Presidente desta Junta Comercial do Estado do Tocantins.
 - 5.4 Integra a presente Portaria o Anexo I Controle de Frequência.
 - 5.5 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

JUNTA COMERCIAL I	DO ESTADO DO TOCANTINS	CF- CONTROLE D	DE FREQUÊNCIA	
Servidor:	Servidor: Matrícula:			
Lotação (Unidade Adn	ninistrativa):			
Cargo:				
() Atraso	() Esquecimento	() Saída Antecipada	() Serviço Externo	
() Outro:				
<u> </u>				
Justificativa do Servido	or:			
	-			
	Ass	inatura do(a) Servido	or(a)	
PARECER DO (A) TIT	ULAR DA UNIDADE ADMINIS	TRATIVA		
() INDEFERIDO.	_			
	ETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	E FINANÇAS PARA	AAS PROVIDÊNCIAS	
Observações:				
	As	sinatura com Carimb	oo do Titular	
DIRETORIA DE ADMI	NISTRAÇÃO E FINANÇAS			
() SOLICITAÇÃO ATE	ENDIDA.			
() SOLICITAÇÃO NÃ	O ATENDIDA.			
Observações:				
1 1				
	-	Assinatura e Carimb	00	

Reitor: JOABER DIVINO MACEDO

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do Art. 13, Parágrafo 2°, alínea "f", do Estatuto desta Fundação,

PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 421/2011.

RESOLVE:

UNITINS

- Art. 1º DESIGNAR a empregada pública RAQUEL CASTILHO SOUZA, para responder cumulativamente pelo Emprego em Comissão de Diretora de Pós-Graduação, sem prejuízos do exercício de suas funções de Coordenadora de Apoio à Pós-Graduação, em substituição ao Diretor de Pós-Graduação, ARISON JOSÉ FERREIRA, durante as suas férias no período de 02 a 31/01/12.
- Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da referida designação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA REITORIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 422/2011.

Mantém disposição do empregado público técnicoadministrativo à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do Art. 13, Parágrafo 2º, alínea "f", do Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins, e tendo em vista a solicitação do Ministério Público do Estado do Tocantins, exarada no Ofício nº 309/PGJ/GAB, de 09/12/2011, do Procurador Geral de Justica.

RESOLVE:

- Art. 1º MANTER à disposição da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, o empregado técnico-administrativo GUSTAVO DETTENBORN, matrícula funcional nº 001365, detentor do cargo efetivo de Analista de Sistemas desta Instituição de Ensino Superior, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, com ônus para o órgão requisitante, através de ressarcimentos mensais aos cofres desta Instituição de Ensino Superior, na conta corrente nº 83.200-6, agência 3615-3, do Banco do Brasil S/A.
- Art. 2º Nos termos do art. 9º, da Resolução nº 001/2008, do Conselho Universitário, o estágio probatório do empregado público ficará suspenso durante o período da referida disposição.
- Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da referida disposição, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA REITORIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 423/2011.

Mantém disposição do empregado público técnicoadministrativo à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do Art. 13, Parágrafo 2º, alínea "f", do Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins, e tendo em vista a solicitação do Ministério Público do Estado do Tocantins, exarada no Ofício nº 309/PGJ/GAB, de 09/12/2011, do Procurador Geral de Justiça,

RESOLVE:

- Art. 1º MANTER à disposição da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, o empregado técnico-administrativo CLAISON REZENDE AMORIM, matrícula funcional nº 001815, detentor do cargo efetivo de Analista de Infraestrutura e Segurança desta Instituição de Ensino Superior, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, com ônus para o órgão requisitante, através de ressarcimentos mensais aos cofres desta Instituição de Ensino Superior, na conta corrente nº 83.200-6, agência 3615-3, do Banco do Brasil S/A.
- Art. 2° Nos termos do art. 9°, da Resolução n° 001/2008, do Conselho Universitário, o estágio probatório do empregado público ficará suspenso durante o período da referida disposição.
- Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da referida disposição, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA REITORIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 424/2011.

Mantém a disposição de empregado público técnicoadministrativo ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do Art. 13, Parágrafo 2º, alínea "f", do Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins, e tendo em vista a solicitação do Ministério Público do Estado do Tocantins exarada no Ofício nº. 309/PGJ/GAB, do Procurador Geral de Justiça, e determinações constantes no referido ofício,

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER à disposição do Ministério Público do Estado do Tocantins, o empregado técnico-administrativo BRUNO CESAR FLEURI SIQUEIRA, matrícula funcional nº 001370, detentor do cargo efetivo de Técnico em Produção Gráfica A-1, desta Instituição de Ensino Superior, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, com ônus para o órgão requisitante, através de ressarcimentos mensais aos cofres desta Instituição de Ensino Superior, na conta corrente nº 83.200-6, agência 3615-3, do Banco do Brasil S/A.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da referida disposição.

GABINETE DA REITORIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 425/2011.

Mantém a disposição de empregado público técnicoadministrativo à Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do Art. 13, Parágrafo 2º, alínea "f", do Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins, e em razão de Termo de Cooperação Técnica apenso aos autos nº. 0886/2010, ratificado pelo OFÍCIO/GAB/DPG Nº. 804/2011,

RESOLVE:

- Art. 1º MANTER à disposição da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, o empregado técnico-administrativo DANILLO CARDOSO PARENTE, matrícula funcional nº 001335, detentor do emprego público de Assistente Administrativo A-I, desta Instituição, regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, com ônus para o órgão requisitante, através de ressarcimentos mensais aos cofres desta Instituição de Ensino Superior, na conta corrente nº 83.200-6, agência 3615-3, do Banco do Brasil S/A.
- Art. 2º Nos termos do art. 9º, da Resolução nº 001/2008, do Conselho Universitário, o estágio probatório do empregado público ficará suspenso durante o período da referida cessão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

GABINETE DO REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas/TO, aos 26 dias do mês de dezembro do ano de 2011.

PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS N° 010/2011.

A Prefeitura Municipal de Palmas-TO, através da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Finanças, torna público a RETIFICAÇÃO da data do AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2011, relativo a contratação de empresa para construção de salas de aula e sanitários no Cmei Sonho de Criança, onde se lê: Palmas, 12 de outubro de 2011, leiase: Palmas, 12 de dezembro de 2011. Maiores informações pelos fones (63) 2111-2735/2736 e email: cplpalmas@gmail.com.

Palmas, 27 de dezembro de 2011.

João Marciano Júnior Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

PORTARIA N.º 1451/2011, de 27 de dezembro de 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais normas pertinentes resolve:

Art. 1.º - NOMEAR em caráter efetivo, nos termos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Araguaína, os candidatos aprovados no Concurso Público obieto do Edital nº 001/2009-PMA, publicado no DOE de 11 de setembro de 2009, com o resultado homologado pelo Edital nº 04/2009 de 22 de dezembro de 2009, publicado no DOE de 28 de dezembro de 2009, obedecendo a seguinte ordem: cargo, ordem de classificação final e nome do candidato, respectivamente:

Técnico em Informática 01 REINALDO MACHADO DE SOUSA

Art. 2º - Convocar os candidatos relacionados no artigo anterior para que compareçam à sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína - TO, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas para tomarem posse de seu respectivo cargo, bem como para se submeterem a perícia médica.

Parágrafo Primeiro – Os candidatos deverão observar in totum o disposto na Portaria n.º 15/2010, que estabelece os procedimentos para a posse, de 04 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial em 29.01.2010, e disponível no endereço eletrônico: http://www.copese.uft.edu.br/index. php?option=com content&task=view&id=53&Itemid=102.

Art. 3º - O não comparecimento no prazo de 30 (trinta) dias implicará na desistência da convocada, podendo ser convocados imediatamente os subsequentes na ordem de classificação.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de dezembro de 2011.

> FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS

O MUNICÍPIO DE COLINAS DO TOCANTINS por intermédio da Comissão Especial de Licitação torna público o rol classificatório da Concorrência Pública Nº 001/2011, Tipo Melhor Técnica, tendo como objeto a outorga de permissão do serviço público de transporte individual, por táxi, no município de Colinas do Tocantins, a ser prestado por pessoa física:

VAGAS IMEDIATAS

CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	PONTUAÇÃO	PONTO DE TÁXI
1°	Edson da Costa Santos	95	CO - 03
2°	Geovani Pereira de Vasconcelos	95	CO – 01
3°	Milce Batista de Alcântara	93	CO – 02
4°	Francisco Souza Almeida	93	CO – 01
5°	Antônio Alves de Souza	91,2	CO – 01
6°	Bergman Ribeiro de Assis	90,1	CO – 07
7°	Francisco Raimundo da Silva	90,1	CO - 05
8°	José Medeiros da Silva	88,6	CO - 07
9°	Ivan Paulo da Silva	88	CO - 02
10°	Francisco Viana de Morais	85	CO - 03
11°	Eloíza Martins Mendonça	85	CO – 03
12°	Pedro de Aquino Lustosa	82,8	CO - 05
13°	Divaldo Alves de Oliveira	81,2	CO – 01
14°	Pedro de Alcântara da Silva Oliveira	74,8	CO – 04
15°	José Soares Gomes	68,6	CO – 06
16°	Antônio Carlos Venâncio da Silva	58	CO – 06
17°	João Arnaldo Martins dos Santos	56,6	CO – 11
18°	Manoel de Jesus Ferreira	55	CO – 11
19°	Manoel Severino da Silva Neto	51,8	CO – 04
20°	Renato Reyffrahn Monteiro Marinho	50,5	CO – 04

CADASTRO DE RESERVA

21°	Francisco Joacy Aires	38,4	*
22°	Leandro Lima de Oliveira	36,4	*
23°	*	*	*
24°	*	*	*
25°	*	*	*
26°	*	*	*
27°	*	*	*
28°	*	*	*
29°	*	*	*
30°	*	*	*

*VAGAS NÃO PREENCHIDAS

Assim sendo, esta comissão NOTIFICA aos classificados, que serão realizadas as vistorias dos veículos a serem apresentados, conforme condições declaradas no Anexo VII, no DENATRAN deste município, do dia da publicação ao dia 26/03/2012. Mais informações (63) 3476 7000.

Colinas do Tocantins, 27 de dezembro de 2011.

Ana Paula da Rocha Presidente da CEL

PREGÃO PRESENCIAL 022/2011 RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento Administrativo: 092/2011

Nº Contrato: 014/2011

Objeto: aquisição e areia destinados à recuperação de ruas e avenidas desse município no âmbito do convênio 004/2011, celebrado com a Secretaria Estadual de Infraestrutura de acordo com as especificações e quantidades constantes do Edital e seus anexos.

Prazo de Execução: 120 (dias)

Vigência: 360 (dias)

Origem do recurso: convênio 004/2011

Valor: 59.701,40 (cinquenta e nove mil setecentos e um reais e guarenta

centavos);

Empresa: TRANSPORTADORA E MINERADORA FIRMEZA LTDA-ME. CNPJ: 10.505.272/0001-05

Signatários: Prefeito José Santana Neto e Ronildo da Silva Ferreira; Dotação Orçamentária 15.451.0501.1.017 Elemento de Despesa

44.90.51.00.

Colinas do Tocantins, 27 de dezembro de 2011.

Jucelino Ferreira Silva Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2011.

A Prefeitura Municipal de Gurupi-TO torna público que irá realizar licitação visando a Contratação de empresa especializada para a prestação de servicos de limpeza pública no município de Gurupi, compreendendo os serviços de varrição de vias e logradouros públicos, conforme especificado no Projeto Básico, Memorial Descritivo. As condições e especificações constantes no Edital do Pregão Presencial nº. 052/2011 e anexos.

PROCESSO: 5689/2011.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial – MENOR PREÇO **GLOBAL**

ABERTURA: 18 de Janeiro de 2012, às 10h.

ENTREGA DOS ENVELOPES: À Pregoeira da Prefeitura Municipal de Gurupi/TO, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, com sede na Rua 14 de Novembro, nº 1500, Centro, CEP 77410-070, Gurupi/TO. LEGISLAÇÃO: Leis nº. 10.520 de 2002 e 8.666 de 1993 e demais legislações pertinentes e suas atualizações.

EĎITAL: O Edital e anexos serão adquiridos a partir do dia 05 de janeiro de 2012 junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, das 8h às

12 Lo 12 junto a Comissao de Licitação da Prefeitura Municipal, das 8n as 12h, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Gurupi/TO. VALOR DO EDITAL: R\$ 100,00 (Cem reais), referente aos custos com a reprografia dos projetos da zona do Município de Gurupi. INFORMAÇÕES: Telefone: (063) 3315-0042 ou pelo e-mail: cplgurupi@ hotmail.com.

Gurupi/TO, 22 de dezembro de 2011.

VILMA PEREIRA DA SILVA BRITO **PRFGOFIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEQUIZEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL nº 01/2011.

O MUNICÍPIO DE PEQUIZEIRO, Estado do Tocantins, observando a legislação vigente e considerando o disposto no Edital do concurso para quadro geral de servidores e a relação dos aprovados, torna público o presente edital de convocação para conhecimento dos interessados e de terceiros, e CONVOCA, os candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público Municipal nº. 001/2011, a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pequizeiro, na Rua Salgado Filho s/nº, Centro, na sala do Departamento de Controle Interno, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, no período de 23/01/2012 a 22/02/2012, munidos dos seguintes documentos, conforme consta do edital:

1. DOCUMENTOS EXIGIDOS:

I RG

II. CPF:

III. PIS/PASEP;

IV. Certidão de nascimento ou casamento;

V. Certidão de nascimento dos filhos menor de 14 anos;

VI. Comprovante de residência atual;

VII. Reservista:

VIII. 03 fotos 3/4 recentes:

IX. Certidão de distribuição de feitos criminais (fórum);

X. Exame médico adimensional Sanidade física e mental Satisfatória:

XI. Cópia autenticada do Título de eleitor;

XII. Comprovante de ter votado nas últimas eleições;

XIII. Conta corrente do Banco Bradesco;

XIV. Declaração de não estar, quando de sua posse, cumulando ou que vá cumular, sem permissão legal, outro cargo público

XV. Exame de Saúde, Tapagem Sanguínea e fator RH.

2. CONVOCADOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO				
Nº Inscrição	NOME DO CANDIDATO	RG №		
000349	SARA LETÍCIA ARAÚJO FEITOSA	914322 SSP-TO		
000261	VANESSA LÍDIA SILVA SANTOS	809213 SSP-TO		
000199	CLEUDIANE PEREIRA DE SOUSA	810630 SSP-TO		
000218	ERLEN CAMPOS VIANA	809386 SSP-TO		
000419	SALMERON CARVALHO DOS SANTOS	126391 SSP-TO		
PROFESSOR				
000052	ALEXSANDRA LUCY DO NASCIMENTO RAMOS	408102 SSP-TO		
000444	ELIVANIA MANOEL DA SILVA SALES	653946 SSP-TO		
000589	AMIRIA SILVANIA SANTOS PEREIRA COELHO	20210 SSP-TO		
000937	MARISONIA DE SOUSA MATOS	2319350 SSP-PA		
000205	MARIA JOSÉ SOUSA DOS SANTOS ALVES	910773 SSP-TO		
000939	ELVIRA NETA SANTOS LOPES	4200403 SSP-PA		
000209	ELISABETE VIEIRA DE ANDRADE ALVES	284977 SSP-TO		
000234	HUGHELEY CARVALHO SANTOS	3717093 SSP-PA		
000176	MARIA DAS DORES VIEIRA	7797 SSP-TO		
000336	SYLBYA SEBASTIANA DE MORAIS SILVA	4652154 SSP-PA		
TÉCNICO EM ODONTOLOGIA				
000305	ODETE MARIA PEREIRA SILVA	6.717 SSP-TO		
TÉCNICO DE CONVÊNIOS				
000169	LEANDRO PEREIRA DO NASCIMENTO	655054 SSP-TO		

- 3. Ficam os convocados devidamente, por este ato, alertados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e de gualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme disposto no Edital, convocando-se os demais aprovados constantes da lista.
- 4. É de inteira responsabilidade dos convocados acompanharem as publicações de todos os atos referentes ao presente ato convocatório e do Concurso Público 01/2011.
- 5. Para constar e dar ampla publicidade divulga-se o presente edital para conhecimento geral e dos interessados.

Pequizeiro, 28 de dezembro de 2011.

Arlete José Pereira do Nascimento Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2012.

Órgão: Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins-TO.

Modalidade/Número: Tomada de Preços nº. 001/2012.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de combustíveis automotivos (gasolina) e óleo lubrificante para veículos, a ser utilizado no abastecimento da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, respectivamente da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins, durante o exercício de 2012, nas guantidades e condições expostas nos seus anexos.

Tipo: Menor preço por item Processo nº: 001/2012

Data de Abertura/Recebimento Propostas: 12/01/2012.

Horário: 14h:30min

Local da Abertura/Realização Certame: Fundo Municipal de Saúde, situado na Avenida Tocantins, nº 150 – Centro, CEP: 77.565-000, em Santa Rita do Tocantins-TO.

Legislação: Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. OBS: Maiores informações, favor entrar em contato com a CPL, por meio do telefone nº. 0xx63 3365121, Celular: 8423-7205, Fax: 0xx63 3365-5063. CLÁUDIO CARDOSO PERES - Presidente da CPL do Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins.

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS Superintendência de Regulação

Despacho do Superintendente

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no período de 1º a 26/12/2011. foi requerida e encontra-se em análise a seguinte solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Gomes & Costa Materiais de Construção Ltda. - Me - Aldo Materiais de Construção, rio Bezerra, Município de Arraias/Tocantins, mineração.

FRANCISCO LOPES VIANA

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA, CNPJ: 05.807.461/0001-94, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, a Licença Prévia - L.P. para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis Para Veículos Automotores. com endereço na Rua Diógenes de Brito, s/n, Quadra 21, Lote 01, Setor Aeroporto - Município de Pium - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA n.º 237/97, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA, CNPJ: 05.807.461/0001-94, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença de Instalação – L.I. para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis Para Veículos Automotores, com endereco na Rua Diógenes de Brito, s/n, Quadra 21, Lote 01, Setor Aeroporto - Município de Pium - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA n.º 237/97, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Empresa RODRIGUES BLAYA & BLAYA LTDA, CNPJ: 05.807.461/0001-94, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença de Operação – L.O. para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis Para Veículos Automotores, com endereço na Rua Diógenes de Brito, s/n, Quadra 21, Lote 01, Setor Aeroporto - Município de Pium - TO. O empreendimento se enquadra na Resolução CONAMA n.º 237/97, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

INSTRUÇÕES DE PREPARAÇÃO E ENVIO DE MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

Em conformidade com a Portaria nº 170 da Casa Civil, publicada na edição nº 3060 do DOE, seguem as normas abaixo:

- 1) As matérias enviadas para publicação devem obedecer à seguinte formatação:
- 1.1 arquivo único em Word;
- 1.2 modelo A4, espaço simples, com 16 cm de largura;
- 1.3 título do documento centralizado em negrito, com espaço duplo entre as matérias, se houver mais de uma;
- 1.4 fonte arial, tamanho 12;
- 1.5 arquivos sem cabeçalho ou rodapé, quais sejam brasão, nome do digitador, da unidade, dentre outros, ou ainda, tabulações e espaçamentos que prejudiquem a editoração eletrônica;
- 1.6 extratos de contratos, editais e outros não devem conter nenhuma tabulação ou virem dentro de caixas de textos ou tabelas;
- 1.7 documentos com gráficos, quadros, balanços e ilustrações devem ser encaminhados separadamente;
- 1.8 matérias escaneadas com qualidade e resolução adequada, a saber, com no mínimo 150 dpi e salvas no formato PDF.
- 2) As matérias não podem sofrer modificações após a publicação.
- 2.1 Em caso de republicação por erro material, deve ter abaixo de seu título a expressão entre parênteses "Republicado(a) por Incorreções".
- 2.2 Eventuais retificações devem ser realizadas por meio de novo procedimento.
- 3) Os modelos de formulários utilizados para o credenciamento do e-mail institucional e da relação de remessa, autorizando a publicação das matérias, estão disponíveis na seção de downloads no sítio do Diário Oficial do Estado.
- 4) O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 14h às 18h, no Palácio Araguaia Superintendência do Diário Oficial, Telefone: (63) 3212-4061/ 4062 Fax: (63) 3212-4301, e-mail: doe@casacivil.to.gov.br, Palmas Tocantins.
- 5) Acesse os Diários Oficiais pela internet em WWW.CASACIVIL.TO.GOV.BR ou WWW.DIARIOOFICAL.TO.GOV.BR
- 6) O horário de recebimento das matérias para publicação no próximo dia útil, via e-mail ou midia magnética, será de 8:00 às 15:00 h



Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar materias e letronica mente para publicação no Jorna I Diário Oficia I, certifique-se de que os arquivos estejam livres de virus. Sua matéria pode ser rejeitada caso seja constatado algum tipo de contaminação. Atualize com frequência seu software antivirus.

DESTINATÁRIO: